



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

CAES “CEL PM NELSON FREIRE TERRA”

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – CAO-II/19

Capitão PMPR João Carlos Toledo Júnior

**A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NAS REVOLUÇÕES DE
1924, 1930 e 1932**

**São Paulo
2020**

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt, Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25



Capitão PMPR João Carlos Toledo Júnior

**A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NAS REVOLUÇÕES DE
1924, 1930 e 1932**

Dissertação apresentada no Centro de Altos Estudos de Segurança como parte dos requisitos para a aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Coronel PMESP Luiz Eduardo Pesce de Arruda - Orientador

**São Paulo
2020**

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt, Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA
CAES "CEL PM NELSON FREIRE TERRA"
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – CAO-II/19

Capitão PMPR João Carlos Toledo Júnior

**A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NAS REVOLUÇÕES DE
1924, 1930 e 1932**

Dissertação apresentada no Centro de Altos Estudos de Segurança como parte dos requisitos para aprovação no Programa de Mestrado Profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

- () Recomendamos disponibilizar para pesquisa.
- () Não recomendamos disponibilizar para pesquisa.
- () Recomendamos a publicação.
- () Não recomendamos a publicação.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

Coronel PMESP Luiz Eduardo Pesce de Arruda – Orientador
Doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – CSP/PMESP

Coronel PMPR Janary Maranhão Bussmann – Membro
Doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – CSP/PMESP

Major PMPR Jair Aurélio Santos Dias Antunes – Membro
Pós-graduação em Segurança Pública – CAO/PMPR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, sublime arquiteto do universo, por sua imensa misericórdia em me capacitar para elaboração deste trabalho científico, possibilitando meu crescimento profissional;

A minha esposa, Mirian, e meus filhos, Isadora e João Pedro, pela compreensão da minha ausência durante a realização do Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – CAO II/19 na PMESP e deste trabalho científico;

Aos companheiros e companheiras, Oficiais Alunos do CAO II/19, em especial da minha Corporação (Cap. PM Alencar e Cap. PM Mazon), pelo convívio fraterno;

A meu Orientador, Coronel PMESP Luiz Eduardo Pesce de Arruda, que com sabedoria e paciência soube dar-me o rumo certo na concretização desta pesquisa, bem como os integrantes da banca examinadora do TCC no CAO II/19 (Coronel PMPR Janary Maranhão Bussmann e Major PMPR Jair Aurélio Santos Dias Antunes);

Ao Exmo. Sr. Comandante, Oficiais e Praças do Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo apoio durante a realização do Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – CAO II/19;

Ao Exmo. Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná por ter permitido em meu aprimoramento técnico-profissional, bem como o Exmo. Sr. Comandante da APMG e o Sr. Ten.-Cel QOPM Renato pela brilhante condução do processo seletivo que possibilitou a minha participação no CAO II/19 na PMESP;

Aos integrantes da 1ª Seção do Estado-Maior da PMPR, em especial o Chefe da Seção (Ten.-Cel QOPM Breunig), pelo incentivo para realização do CAO II/19 na PMESP;

Por fim, ao Sr. Maj. QOPM Marchetti (5º CRPM – PMPR), Sr. Alberto Rodrigues Pompeu (Professor Jubilado da UNIOESTE) e ao Sr. Mildo Ramos (Secretário de Cultura de Catanduvas/PR) pelo apoio nas pesquisas pela região Oeste do Estado do Paraná.



"Grandes batalhas só são dadas a grandes guerreiros". (Mahatma Gandhi)

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt, Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25

Resumo

O presente trabalho tem por escopo o estudo da participação da Polícia Militar do Paraná (PMPR) nas Revoluções de 1924, 1930 e 1932. Seu objetivo é analisar as ações desenvolvidas pelos integrantes da força militar paranaense na região de Catanduvas/PR, Sengés/PR, Itararé/SP, Capela da Ribeira/SP, Apiaí/SP e Capão Bonito/SP. Realizou-se pesquisa de cunho exploratório-descritivo, sendo feito levantamento bibliográfico, documental e levantamento fotográfico. Da pesquisa constatou-se que a Polícia Militar do Paraná desempenhou papel decisivo na Revolução de 1924 na retomada da localidade de Formigas e auxiliou as forças legalistas nas ações contra as forças revolucionárias em Catanduvas. Na Revolução de 1930 verificou-se a importância das ações desenvolvidas pela tropa paranaense na região de Sengés e Itararé, possibilitando a efetivação da conquista pelas forças aliadas de Getúlio Vargas. Ainda, na Revolução de 1932, constatou-se as ações realizadas na região da Capela da Ribeira, Apiaí e Capão Bonito, permitindo a restauração da ordem no país. A ação da tropa paranaense teve relevância para a história da PMPR e das regiões fronteiriças entre o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Polícia Militar. Revolução de 1924. Revolução de 1930. Revolução de 1932.

Abstract

The present work had as its theme the study of the Paraná Military Police participation in the 1924, 1930 and 1932 Revolutions. Its objective was to analyze the actions developed by the members of the Paraná military force in the region of Catanduvas/PR, State of São Paulo, Sengés/PR, Itararé/SP, Capela da Ribeira/SP, Apiaí/ SP and Capão Bonito/SP. An exploratory-descriptive research was carried out, with bibliographical, documentary and photographic survey. From the research it was found that the Paraná Military Police played a decisive role in the 1924 Revolution in the resumption of the locality of Ants and assisted the legalistic forces in the actions against the revolutionary forces in Catanduvas. The Revolution of 1930 saw the importance of the actions developed by the Paraná troops in the region of Sengés and Itararé, enabling the conquest of the Allied forces of Getúlio Vargas. Also, in the Revolution of 1932, it was verified the actions carried out in the region of Capela da Ribeira, Apiaí and Capão Bonito, allowing the restoration of order in the country. The action of the Paraná troop had relevance to the history of the PMPR and the border regions between the state of Paraná and the state of São Paulo.

Key words: Military Police. Revolution of 1924. Revolution of 1930. Revolution of 1932.

Sumário

1 Introdução	08
2 Histórico da Polícia Militar do Paraná	11
3 Revolução de 1924	16
3.1 A força militar paranaense: de São Paulo a Catanduvas	19
3.2 As ações da força militar paranaense na região de Catanduvas	22
3.3 Relação dos integrantes da força militar paranaense mortos em combate	36
3.4 Levantamento fotográfico na região de Catanduvas	39
4 Revolução de 1930	45
4.1 Ações desenvolvidas na região de Sengés e Itararé	48
4.2 Ações desenvolvidas na região de Capela da Ribeira	54
4.3 Ações desenvolvidas na região de Cananéia	57
4.4 Relação dos integrantes da força militar paranaense mortos em combate	58
5 Revolução de 1932	59
5.1 Combates ocorridos na região de Apiaí e Capão Bonito	63
5.2 Relação dos integrantes da força pública paranaense mortos em combate	68
5.3 Levantamento fotográfico sobre a revolução de 1932	69
6 Conclusão	71
Referências	76



1 Introdução

Estudar história é investigar o passado e seu processo de evolução. O conjunto de informações sobre os fatos ocorridos no passado nos remete a compreender o presente. Estudar a humanidade nos faz conhecer o homem e sua trajetória. Analisar os fatos que fazem parte da história de uma instituição contribuiu para esclarecer o seu passado, os seus feitos e as suas contribuições para o presente.

Segundo Marc Bloch, na obra *Apologia da História* (2001, p. 08), “o passado é uma estrutura em progresso”, indicando para seu estudo o método regressivo que consiste na “leitura da história ao inverso e utilizando-se de temas do presente.”

Para entender parte da história da Polícia Militar do Paraná é necessário buscar obras literárias que demonstrem as ações realizadas por essa Corporação, na busca de atingir o objetivo proposto na presente pesquisa.

A jovem República dos Estados Unidos do Brasil (atual República Federativa do Brasil) convivia com ações militares. Desde sua criação, em 1889, revoltas populares como a Revolução Federalista (1893 a 1895), a de Canudos (de 1896 a 1897), a Revolta da Chibata (1910) e a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 a 1916, obrigaram o Governo Federal a agir belicamente.

Diante deste cenário, os militares descontentes com os Presidentes civis e com a política “café com leite”¹ buscavam reformas político-sociais na estrutura do poder do país, como o fim do voto de cabresto, a reforma da educação pública e o voto secreto.

Assim, em 1924, nos Quartéis do Exército e da Força Pública Paulista, irrompeu o movimento tenentista de 1922. No dia 5 de julho daquele ano, os militares, tendo como principal idealizador o General reformado do Exército Brasileiro Isidoro Dias Lopes, tomaram os quartéis e pontos importantes na região central da capital paulista, entre eles o Palácio Campos dos Elíseos, sede do governo.

Batalhas foram travadas e os revoltosos resistiram a severo bombardeio das tropas do Presidente Artur Bernardes até o dia 27 de julho, quando se retiraram para o interior paulista, sendo perseguidos por forças governistas. As lutas na capital paulista

¹“Café com leite” era a alternância da Presidência da República entre políticos de São Paulo e Minas Gerais.



tiveram um saldo de “mais de 500 mortes entre civis e militares”. (MEIRELLES, 1995, p. 189).

A Força Militar Paranaense, atual Polícia Militar do Paraná, foi mobilizada atendendo convocação do Presidente da República e seguiu para o interior de São Paulo, onde travou combates com a retaguarda da Coluna Miguel Costa até as margens do rio Paraná. Após a fuga dos revoltosos, os milicianos paranaenses retornaram e acamparam em Guarapuava, de onde percorreram por mais de três meses os sertões da região desconhecida do Alto Paraná², encerrando sua participação em Catanduvas, pequena vila que sediava um posto de telégrafo e que fora tomada pelos revoltosos.

Após o término da participação da PMPR na Revolução de 1924, a Corporação das Araucárias foi mobilizada em virtude dos movimentos iniciados no Rio Grande do Sul, culminando com a deflagração da Revolução de 1930, sendo que após a adesão dos integrantes da força paranaense, o 1º Batalhão de Infantaria da Força Paranaense constituído de um Estado-Maior, 1ª Companhia, 2ª Companhia, 3ª Companhia e um Pelotão Extranumerário, sob o comando do Major PM Waldemar Kost, deslocou parte do efetivo (1ª Companhia) para região da Capela da Ribeira, sendo deslocada a 2ª Companhia para região de Sengés/PR e Itararé/SP.

Ainda, encerrada a Revolução de 1930, novamente a Força Pública Paranaense foi mobilizada para participar nas ações bélicas da Revolução de 1932, sendo a primeira Corporação que apoiou o governo federal, constituindo a “Coluna Plaisant”, incorporada ao Exército Sul, sob o comando do General Waldomiro Lima.

Mobilizada no dia 12 de julho de 1932, no dia 14 de julho, deslocou com um Estado-Maior e Menor, 1º Batalhão de Infantaria (03 Companhias e 01 Companhia de Metralhadoras Pesadas) e 01 (um) Esquadrão de Cavalaria com destino à Capela da Ribeira.

A escolha do presente tema tem por objetivo descrever as principais ações realizadas pelos integrantes da Polícia Militar do Paraná nas Revoluções de 1924, 1930 e 1932, utilizando de fontes tanto de autores e locais no Estado do Paraná como

2 Conforme Rosa Filho (2001) assim era chamada a região Oeste do Paraná que à época era desconhecida e sequer havia dela uma carta geográfica.



também de autores e locais no Estado de São Paulo, buscando elaborar uma obra inédita no sentido de possuir informações sobre a Força Pública Paranaense sob o prisma de lados opostos nos conflitos bélicos ocorridos na década de 20 e 30, como também demonstrar os feitos realizados pelos militares paranaenses, pois segundo Marc Bloch (2001, p. 54), “o objeto da história é, por natureza, o homem.”

Trata-se de um trabalho científico de revisão de literatura histórica, utilizando como fonte de pesquisa bibliográfica, obras primárias de combatentes revoltosos paulistas, de militares do Exército Brasileiro e militares da PMPR que lutaram no conflito, bem como pelo material obtido em pesquisa de campo em alguns locais onde aconteceram conflitos bélicos citados nesta pesquisa.

A seção 2 tratará sobre o histórico da PMPR. Na seção 3, será descrita a marcha do 1º Batalhão de Infantaria desde Curitiba até o interior de São Paulo e o seu retorno ao Paraná até a região Oeste. A seção 4 foi reservada para explicar as ações na Revolução de 1930. Na seção 5, serão descritas as principais ações da tropa paranaense na Revolução de 1932. Por fim, na seção 6 serão realizadas as conclusões do presente trabalho, o qual pode servir para estímulos as futuras pesquisas referentes à história da PMPR.

Em suma, ainda utilizando dos ensinamentos de Marc Bloch (2001, p. 87), “há no fundo de quase toda pesquisa documentária, um resíduo de inopinado e, por conseguinte, de risco.”



2 Histórico da Polícia Militar do Paraná

Conforme as lições do Capitão da Polícia Militar do Paraná, João Alves da Rosa Filho (1999), o Paraná até o ano de 1853 era uma comarca de São Paulo, vivendo entregue ao abandono e à inércia devido a grande distância que a separava da capital da província.

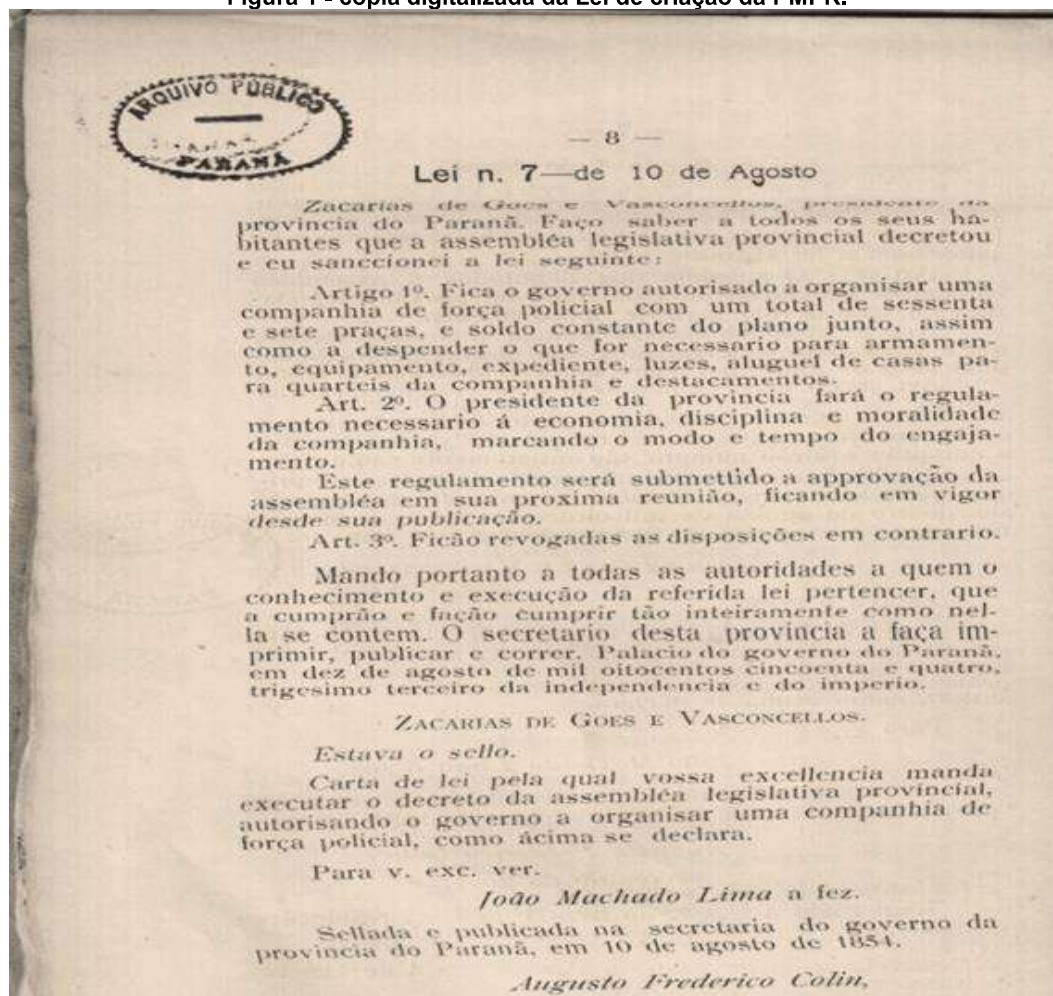
As primeiras ideias de separação surgiram em 1811, quando Paranaguá procurou obter um governo provisório, encaminhando ao Príncipe D. João VI uma representação que não alcançou o sucesso desejado, mas outras razões históricas vieram atuar com força ascendente para que o desejo de separação se tornasse cada vez mais intenso, assim novas tentativas foram feitas neste sentido e o assunto voltou a ser amplamente debatido no Senado, sendo que em 29 de agosto de 1853, o projeto foi aprovado e, ao transformar-se na Lei nº 704, tornou o Paraná a mais nova província do Império.

Para organizar o governo foi designado por Dom Pedro II o estadista baiano Zacarias de Goés e Vasconcellos, sendo a solenidade de instalação da nova província realizada no dia 19 de dezembro de 1853, destacando ser esta data consagrada como a emancipação política do Paraná (Lei Estadual nº 18.384, de 17 de dezembro de 2014).

Efetivada a nova província, um dos principais problemas constatados pelo novo governante paranaense foi relacionado com a segurança pública, que não possuía uma força necessária para combater os impulsos criminosos dos fora da lei que cometiam roubos e praticavam desordens.

Por isso, uma das medidas prioritárias foi a criação, mediante a Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854, da Companhia da Força Policial, sendo considerada a primeira organização Policial Militar do Paraná, destacando que a Lei nº 8, da mesma data, extinguiu a Guarda Policial que havia sido instituída pelo governo paulista em 1834.

Figura 1 - cópia digitalizada da Lei de criação da PMPR.



Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Para garantir a ordem e a paz dos 62.000 mil habitantes que então viviam na província, o efetivo da Companhia foi fixado em 67 (sessenta e sete) homens, contendo 03 (três) oficiais e 64 (sessenta e quatro) praças, sendo o seu primeiro comandante o Capitão de primeira linha do Exército Joaquim José Moreira de Mendonça que, a convite do Presidente Zacarias, veio diretamente da corte do Rio de Janeiro. Seu primeiro regulamento foi elaborado por uma comissão de oficiais do Exército e entrou em vigor a partir do dia 5 de dezembro de 1854.



Subordinada diretamente ao Presidente da Província, além de sua criação ter sido alicerçada nas tradições seculares de “assegurar a tranquilidade pública e auxiliar a justiça”, competia-lhe a prisão de criminosos, o patrulhamento e rondas nas cidades, vilas e freguesias, estradas, além de outras diligências.

Crescendo paralelamente com o desenvolvimento do Estado, a Polícia Militar atuou no terreno das dificuldades e nos campos de batalha.

No ano de 1865, quando a companhia de força policial fornecia um grande contingente para organização dos Corpos de Voluntários da Pátria do Paraná, que sob entusiásticas e calorosas aclamações, marcharam avante na defronta dos brios nacionais, sendo que os grandes claros abertos em suas fileiras e os hábitos adquiridos na longa permanência neste conflito bélico sul-americano impuseram a esta Corporação uma necessidade de cumprir com sua missão na Província.

Sancionada a Lei nº 380, de 30 de julho de 1874, passou a denominar-se Corpo Policial, constituído de 02 (duas) subunidades e com um efetivo de 202 (duzentos e dois) homens, sendo o cargo de comandante elevado para o posto de Major e, com esta reorganização, surgiu a escola de instrução primária, destinada a ampliar o nível intelectual das praças, em uma época em que o ensino era privilégio das elites.

A Lei nº 486, de 13 de abril de 1878, elevou o cargo de comandante ao posto de Tenente-Coronel, sendo que após a proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, a junta governativa baixou o Decreto nº 104, de 09 de agosto de 1890, que elevou o número de oficiais para 08 (oito) e o de praças para 300 (trezentos), prevendo uma seção de Cavalaria e reorganizando a Banda de Música, que havia sido dissolvida em 1883. O cargo de Comandante-Geral passou ao posto de Coronel, no qual foi investido o Capitão do Exército Carlos Delphim de Carvalho, bem como foi instituído o cargo de Major Fiscal (equivalente ao atual Chefe do Estado-Maior), sendo preenchido pelo Capitão Salvador João Fernandes e as companhias foram aumentadas para 03 (três).

Em 03 de fevereiro de 1891, o novo Comandante (Coronel Cândido Dulcídio Pereira) mudou a sede do quartel para um prédio do Estado e realizou outras obras de vulto, adquirindo o material e o armamento necessário à Corporação. Durante o comando desse militar paranaense, foi sancionada a Lei nº 36, de 05 de julho de 1892,



que estruturou um corpo misto de cavalaria e infantaria, com a denominação de Regimento de Segurança, aumentando o efetivo para 20 (vinte) oficiais e 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) praças, adquirindo também 68 (sessenta e oito) equinos.

De 06 de setembro de 1893 até o dia 12 de maio de 1894, a Polícia Militar esteve empenhada na Revolução Federalista, sendo que durante esse período participou ativamente, incorporada ao Exército Brasileiro, em vários conflitos bélicos, destacando o Cerco da Lapa, onde tombou seu Comandante Coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Finda essa campanha e com a nomeação do Coronel Ignácio Gomes da Costa para o Comando-Geral, ocorreu a aquisição do novo quartel central, a compra de moderno material e a renovação de seus quadros, então desfalcados em decorrência do movimento revolucionário.

Em 1912, novamente volta o Regimento de Segurança a empenhar-se em sangrentos combates em defesa do Estado e das instituições, sendo que desta vez o seu objetivo foi assegurar a ordem e a tranquilidade pública nos sertões de Palmas. Em 22 de outubro desse ano, tombaram mortos no campo de luta o seu Comandante Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho e outros policiais militares, ficando outros gravemente feridos, dentre eles o Alferes Sarmiento, hoje patrono da PMPR.

Esse conflito bélico foi considerado o motivador da Campanha do Contestado, que apresentou para as forças em operação uma das mais difíceis missões militares, uma vez que a zona conflagrada abrangia uma extensão de quase 50.000 mil quilômetros quadrados, por onde os sertanejos se espalhavam protegidos por uma mata espessa do sertão bravio, e emboscavam as tropas do governo.

Como reconhecimento a sua atuação, sempre ao lado das Forças Armadas, o Regimento de Segurança passou a denominar-se Força Militar do Estado, incorporando-se à primeira linha do Exército Nacional, na qualidade de força auxiliar face ao acordo firmado entre a União e o Estado.

Em 16 de julho de 1924, a força pública militar paranaense entrou novamente em ação, desta vez marchando para o Estado de São Paulo integrada ao 1º Batalhão de Infantaria sob o comando do então Capitão Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento,



dando combate às forças revolucionárias paulistas chefiadas pelo General Izidorio Dias Lopes.

De 1926 a 1927, a Corporação participou ativamente nos ataques de Correia e Bandeiras, nas proximidades de Catanduvas e, ainda neste último ano, dava combate ao bando comandados pelo caudilho Fabrício Vieira. Em 1930, a polícia militar participou ao lado das tropas revolucionárias, ajudando nas ações desencadeadas na fronteira com o Estado de São Paulo.

Em 1932, a Corporação foi transformada na “Coluna Plaisant”, marchando de Curitiba a 14 de julho a fim de dar combate às forças paulistas que guarneciam a Capela da Ribeira, abrindo com recursos próprios uma das portas mais resistentes que possuía a fronteira de São Paulo. Durante essa campanha, ficou caracterizado o procedimento respeitoso às populações civis nos terrenos conquistados e no respeito dispensado aos prisioneiros.

A Polícia Militar de hoje deixou suas velhas tradições beligerantes, sendo que seus integrantes glorificam os feitos realizados pelos seus antecessores, destacando que a partir de 1946 a Corporação entrou na sua fase contemporânea nos termos da Constituição Federal, assim como uma instituição estadual fardada e armada, estruturada na base da disciplina e hierarquia, realizando com primazia sua missão em todos os momentos da sociedade paranaense e brasileira.

A partir da década de 50 teve seus efetivos ampliados, remodelou a sua estrutura organizacional, passando a contar com unidades especializadas, adaptando seus uniformes, equipamentos, meios de comunicações e de transportes.

A partir da década de 80, introduziu-se o policiamento urbano denominado “Módulo Policial Militar”, que serviu como paradigma aos demais Estados da Federação. Outros sistemas de policiamento vêm sendo adotados para maior segurança da comunidade paranaense e suas organizações estão sendo interiorizadas cada vez mais, destacando a implantação no início do Século XXI da filosofia da polícia comunitária, buscando conseguir maior atuação comunitária e participação social, pois além do policiamento ostensivo, presta serviços de cunho social, de ajuda as pessoas em situação de vulnerabilidade e de salvamentos e proteção por ocasião de desastres, calamidades públicas e outras ações.



3 Revolução de 1924

No dia 05 de julho de 1924, oficiais do Exército Brasileiro e da Força Pública Paulista (atual PMESP), rebelaram-se ao amanhecer do dia e quartéis foram tomados sem resistência na capital bandeirante, sendo iniciada nesta data uma luta em que envolveu por melhorias de condições ao povo brasileiro.

Para Heller (2007), ao irromper a revolta em São Paulo, aproximadamente 2.600 soldados do Exército e da Força Pública Paulista aderiram à revolução, comandada pelo Major da PM Miguel Costa. O primeiro alvo de ataque foi a tomada de quartéis e pontos estratégicos da capital paulista.

Por mais de 20 dias travaram-se sangrentas batalhas ao custo de muitas vidas de militares e civis, porém, as intenções dos rebeldes não se confirmaram em outros Estados que deixaram de aderir à revolução. Com isso, os rebeldes que estavam sitiados em São Paulo foram obrigados a se retirar para o interior, visando alcançar o Mato Grosso e o Paraná, pois a situação em São Paulo restou prejudicada na reorganização das forças e também pelos bombardeios da artilharia governista, causava pânico entre os moradores, que se refugiavam para outras cidades.

Diante disto, após decisão dos líderes General Isidoro Dias Lopes e Major Miguel Costa, decidiu-se pela retirada pelo eixo ferroviário da São Paulo-Campinas-Bauru, com a sua retaguarda guarnecida.

A partir do início da revolução, segundo Rosa Filho (2001), toda a tropa paranaense permaneceu no Quartel, uniformizada e armada, ficando automaticamente suspensas todas as dispensas do serviço. Possuindo a PMPR, nessa ocasião, a seguinte estrutura orgânica: Estado-Maior e Menor do Comando-Geral, 1º Batalhão de Infantaria, 01 Esquadrão de Cavalaria, 01 Companhia de Bombeiros e 01 Pelotão de Metralhadoras. O efetivo era de 57 oficiais e 800 praças, havendo um grande número de vagas por serem completadas.

De prontidão, a Corporação recebeu ordem de marcha, sendo cassadas as licenças concedidas aos oficiais e praças, inclusive os licenciados para tratamento de saúde apresentaram-se às suas unidades. A ordem atingiu a totalidade dos integrantes da PMPR, passando todo o efetivo à subordinação do Comando da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro.



No dia 14 de julho de 1924, o então Presidente do Estado do Paraná colocou o 1º Batalhão de Infantaria da Força Militar do Paraná à disposição do Governo Federal, pronto para seguir ao Estado de São Paulo.

Segundo o historiador paranaense Rosa Filho (2001, p. 23-24), “tanto nos oficiais como nas praças notava-se a vontade heroica de compartilhar com as suas forças, sendo até alguns claros nas fileiras muito disputados entre os homens que deviam seguir para o campo de luta e os que deviam ficar para o policiamento do Estado.”

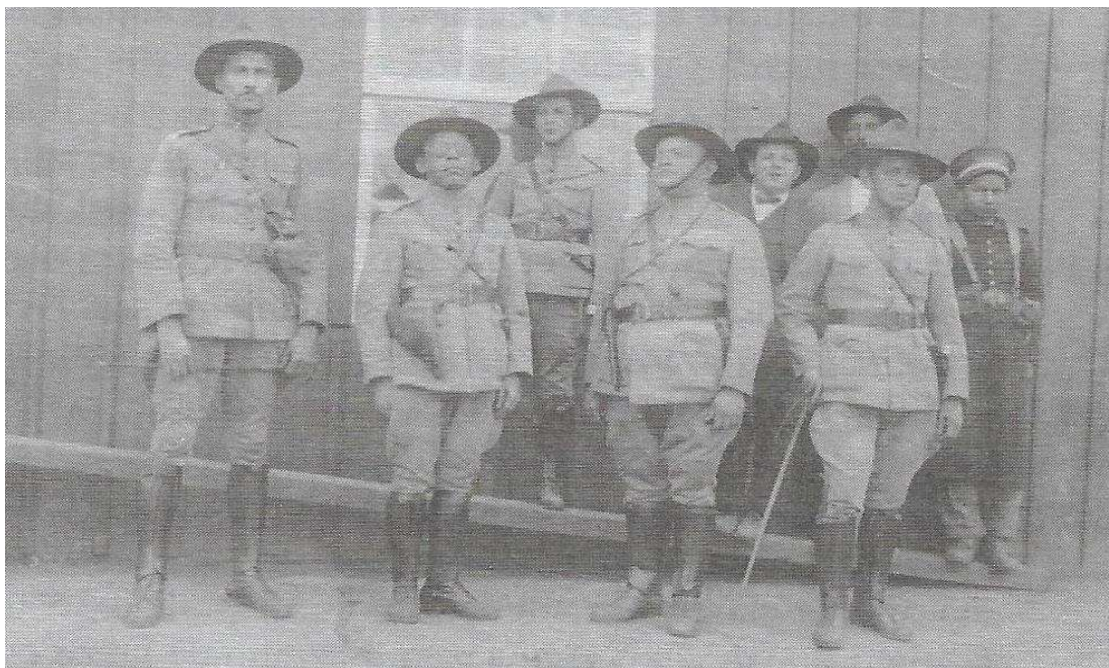
Continuando Rosa Filho, a situação da tropa era precária, faltando-lhe quase tudo, mormente material de campanha. O Exército forneceu-lhe os seguintes apetrechos: 100.000 cartuchos embalados para fuzil *Mauser*, 01 barraca para oficiais, 131 barracas para praças, 09 equipamentos completos para oficiais e 266 para praças.

O efetivo da PMPR empregado no primeiro contingente ficou constituído da seguinte maneira:

- a. Comandante: Capitão PM Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento;
- b. Comandantes de Companhias: Capitão PM Joaquim Antônio da Silva, 1º Tenente PM Virgílio de Oliveira Mello e 1º Tenente PM Francisco José de Moura;
- c. Secretário: 1º Tenente PM Hermínio da Cunha César;
- d. Contador: 2º Tenente PM João Masteck;
- e. Oficiais Subalternos: 2º Tenentes PM José Scheleder, José Busse, Adherbal Fortes de Sá, Custódio Raposo Netto, Antônio de Azevedo, Francisco Gonçalves Guimarães, João Dolms, Carlos Bardelli e Augusto de Almeida Garret;
- f. Médico: 1º Tenente Aramys Athaydes;
- g. Farmacêutico: 2º Tenente José Basílio da Silva;
- h. Praças: 278 (duzentos e setenta e oito).

Efetivo total: 295 (duzentos e noventa e cinco).

Figura 2 - Capitão Sarmento e oficiais de seu Estado-Maior.



Fonte: Rosa Filho (2001, p. 24).

A certeza das dificuldades que seriam enfrentadas pelos milicianos paranaenses destacada pelo integrante do efetivo paranaense, 2º Sargento Floriano Napoleão do Brasil Miranda (1954, p. 34), senão vejamos:

“...quando da despedida da tropa de Curitiba, relatando que “entrelaçam-se pela última vez, numa chocante cerimônia, pais, esposas, filhos e irmãos. Muitas faces que agora se contemplam, não tornarão jamais avistar-se”.

No dia 16 de julho, por trem, o efetivo iniciou sua viagem com destino ao Estado Bandeirante, sendo que no dia seguinte a tropa chegava em Itararé, primeira cidade depois da divisa com o Paraná. Depois, em Porto Feliz, o efetivo da Força Militar Paranaense entrou pela primeira vez em combate, conseguindo prender 02 (dois) Sargentos e 05 (cinco) Praças do 4º R.A.M, bem como armas, munições e veículos.

Na continuidade da campanha, os milicianos paranaenses partiram para Botucatu, depois Porto Epitácio, São Roque, Santo Anastácio, entre outras cidades.

As ações no Estado de São Paulo encerraram-se no dia 14 de setembro, quando o Batalhão retornou ao Paraná.



Após uma breve parada em Ponta Grossa, onde familiares deslocaram para rever seus entes, a tropa percorreu de trem até Irati e de lá se deslocou para Guarapuava, onde passa por um período de treinamento e descanso.

O 1º Batalhão de Infantaria permaneceu 40 dias em Guarapuava, aguardando a chegada do General Rondon, Comandante daquele setor. Para Miranda (1954), enquanto a tropa fica estabelecida na cidade, seus integrantes recebem instruções de combate, prática de abrir trincheiras, guardas, patrulha de vigilância, entre outras. Ao mesmo tempo em que surgem promessas de paz, notícias dão conta de que os rebeldes pretendem implantar-se em Foz do Iguaçu, esperando lá ataques das forças legais, ou para debandar pelas densas selvas do Alto Paraná.

O General Cândido Mariano da Silva Rondon foi designado Comandante-em-chefe das forças legalistas, sendo que sua nomeação se deu em virtude de seu conhecimento da região, uma vez que fora o responsável pela instalação da linha de telégrafo ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu no ano de 1902.

3.1 A força militar paranaense: de São Paulo a Catanduvas

Segundo o militar estadual paranaense, Renato Marchetti (2013), outros contingentes da Força Pública foram mobilizados no mês de agosto de 1924 e marcharam para as regiões Norte, Paranaguá e o rio Paraná.

O Tenente da Força Pública Aristóteles Xavier, que era responsável pela guarda da Ilha do Pacu, próximo à Guaíra, com apenas 06 homens, tentou conter a descida dos revoltosos, mas entregou-se e foi preso após acabar a munição. Aristóteles Xavier foi o responsável em formular a defesa da Ilha do Pacu, instalando minas no estreito canal da ilha, cujas explosões se estenderiam a um depósito de gasolina ocasionando uma grande explosão visando atingir as embarcações que por ali passassem.

O 2º Tenente Arthur Borges Maciel, que exercia o cargo de Delegado de Polícia em Foz do Iguaçu também foi incorporado ao Regimento que defendia Guaíra, sob o Comando do Capitão Dilermando Cândido de Assis.

No dia 14 de setembro, logo que a ilha do Pacú foi tomada e os explosivos desativados pelo Tenente Aristóteles, que fora capturado pelos revoltosos após uma embarcação governista ter sido apreendida e os planos serem revelados por um piloto



(barqueiro) paraguaio, Guaíra foi tomada de assalto, sem que ocorresse resistência efetiva. A pequena tropa do Capitão Dilermando recuou pela estrada de ferro que ligava aquela cidade a Porto Mendes. A tomada de Guaíra permitiu o avanço dos rebeldes à região Oeste do Paraná.

O Capitão Dilermando de Assis homenageia os milicianos paranaenses, destacando a sua bravura na defesa de Guaíra, com a guarnição composta por menos de 40 homens, sendo que conforme o Oficial do Exército, a Força Pública do Paraná foi imprescindível na sua ação, uma vez que era o seu efetivo principal, quando relata que para constituir o regimento contava apenas com um sargento reformado, cento e cinquenta fuzis, dois oficiais e 30 praças da Força Pública do Paraná.

Entre os oficiais, além dos Tenentes Aristóteles Xavier e Arthur Borges Maciel, estava o 2º Tenente Dagoberto Dulcídio Pereira e o 2º Tenente Médico Dr. Cândido de Mello e Silva. Diante de tão inexpressiva força contra o efetivo dos revoltosos, Guaíra cedeu aos 1.200 homens comandados pelo Coronel João Francisco.

Surpreendidos e com uma tropa reduzida a pouco mais de 30 homens, não houve qualquer resistência dos legalistas na defesa de Guaíra, que foi tomada por uma tropa com mais de mil homens. Restou aos milicianos recuar para poupar suas vidas, sendo irrelevante manterem-se naquela posição.

Destaca-se a inteligência do Tenente Aristóteles Xavier em articular um plano de defesa na ilha do Pacú, porém, de nada adiantou devido à confissão do paraguaio preso durante uma patrulha de reconhecimento.

Segundo Heller, (2007, p. 92), “com a chegada de toda a tropa na cidade, foi determinado seu avanço para o Leste na tentativa de ocupar Guarapuava e Ponta Grossa e estabelecer ligação com os revolucionários do Rio Grande do Sul”. Portanto, os rebeldes paulistas tentavam recompor suas forças e avançar sentido leste do Paraná, a fim de tomar cidades importantes.

Ainda, Catanduvas foi invadida por tropas comandadas pelo Tenente-Coronel Estilac Leal, tomando o posto de telégrafo, importante para a comunicação dos rebeldes com demais pontos dominados pelos revoltosos paulistas no Oeste do Paraná.



Os rebeldes paulistas e os militares governistas redescobriram o Alto Paraná, que até então tinha suas terras concedidas ao capital estrangeiro através das obrages³, que eram propriedades cobertas por mata subtropical que funcionavam no binômio extrativista “mate-madeira”.

Entre as dificuldades que a natureza apresentava, os militares se depararam com uma realidade totalmente inimaginável: a presença na região de paraguaios, argentinos e europeus. As obrages eram grandes domínios rurais, com espaços delimitados, que tinham seus recursos naturais explorados sem qualquer escrúpulo dos obrageros.

Pouco antes da revolução, em 1924, o Secretário de Estado do Paraná, Cezar Pietro Martinez, evidenciou a partir de Guarapuava, em direção a Foz do Iguaçu, que as influências platinas eram fortes na região. Cezar Pietro constatou em casas e bodegas, calendários de parede, propagandas comerciais e avisos em castelhano, principalmente a partir da localidade de Catanduvas, relatando que “entro numa casa de negócio para tomar informação. O caixeiro responde-me em espanhol”.

Segundo o oficial rebelde João Cabanas (1926, p. 247-248), um dos oficiais revoltosos que comandou a Coluna da Morte, “teria lutado desde a capital paulista até a retirada das tropas para o Paraguai, atuado efetivamente na região Oeste do Paraná e durante todo o tempo que os revoltosos permaneceram entrincheirados em Catanduvas, destacando que seu Batalhão tomou a localidade de Formigas.”

Assim, até a passagem da Coluna Paulista no Oeste Paranaense, não se tinha conhecimento das condições que as pessoas viviam nas obrages, conforme Cabanas relata:

Passados quatro dias começou a chegar o pessoal, formando-se depois uma multidão de mais de mil indivíduos andrajosos, tendo cada um em si, características de vida miserável que passavam sem os mais rudimentares cuidados de higiene [...] a grande maioria com os artelhos deformados pelos bichos de pé, faces entumecidas pela anchilostomíase ou pelo mal de Chagas, movia-se lentamente; mulheres cabisbaixas, quase inconscientes sofrendo idênticos, deixando aparecer pelos rasgões das saias, pernas esqueléticas [...] tendo ao redor crianças cor âmbar, ventres crescidas, sonolentas e tristes como velhos chineses desesperançados da vida. Por outro lado, os capatazes “destacam-se arrogantes, supurando saúde, bem vestidos [...] sem alma e sem consciência, brutos até a violência, encarregados de exaurir as forças

³ Termo regional, que no estado do Paraná, denomina um lugar junto à margem de um rio, onde se corta e prepara a madeira destinada a descer pela água. Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br/obrage/. Acesso: em 09 dez. 19.



daqueles escravos [...] para extrair da mata bruta a preciosa folha que, remetida aos moinhos de Buenos Aires, se transforma em ouro [...] (CABANAS, 1926, p. 245).

Continuando, Cabanas afirmou que “a autoridade do capataz, que quase na sua totalidade eram da Província de Corrientes, da República Argentina, era *sui generis*, pois nele se concentravam as atribuições que vão de um soldado de polícia até o Supremo Tribunal Federal”. Os capatazes detinham tanta autoridade e poder que aplicavam sua lei dentro de um código de castigo que começava desde o pontapé e segue até o fuzilamento.

As dificuldades enfrentadas pela floresta soberba, densa, opulenta emoldurada por pinheiros seculares e outras árvores de grande porte, sendo composta ainda por emaranhados de taquaraçusais de gomos ásperos e espinhos dilacerantes, produziam ferimentos à tropa que desconhecia aquela floresta.

3.2 As ações da força militar paranaense na região de Catanduvas

A partir do mês de outubro de 1924, os milicianos paranaenses são remanejados para Mallet⁴, atuando como guarda avançada na retaguarda das forças que se encontram acampadas na Serra dos Medeiros. Segundo o militar paranaense Miranda (1954), a comida era sadia e farta e dormia-se tranquilamente, bem como a tropa passava o dia descansando e revigorando o organismo para novas lutas. Contudo, na madrugada de 15 de novembro, foi acordada com o ruído dos combates nas encostas da Serra dos Medeiros.

Um efetivo do Batalhão Paranaense se deslocava até a localidade do Passo dos Borman onde ainda na madrugada “subitamente rompe violenta fusilaria que se generalisa numa espantosa rapidez” (MIRANDA, 1954, p. 50). As granadas explodem a menos de 100 metros e uma linha pontilhada de pequenos clarões azulados indicam que os fuzis e as metralhadoras estão em atividade. Assim ocorreu o primeiro contato dos milicianos com os rebeldes nos sertões do Paraná.

O contingente da PMPR deslocou até chegar à Serra da União, estando os revolucionários entrincheirados no lugar denominado Belarmino, estando a

⁴ Atual cidade de Laranjeiras do Sul/PR.



1ª Companhia da Força Pública Paranaense sob o Comando do Tenente Garret e recebeu ordem de tomar posse do reduto revolucionário, sendo acompanhado da artilharia do 4º Regimento de Artilharia Montada, na picada telegráfica que ficava próxima dos revoltosos.

Conforme Miranda (1954), iniciou-se uma troca de tiros que perdurou por mais de 6 horas, sendo que nesse confronto as tropas legalistas tiveram que retroceder. A tristeza abateu o efetivo da PMPR, pois nesse dia o primeiro miliciano paranaense tombou em combate, sendo enterrado na margem do rio Borman em singela sepultura, ali foi colocada a primeira cruz para indicar onde ficaria assinalado o lugar onde descansaria o Cabo Felix Alves da Conceição.

Ainda, continuando Miranda, nesse combate foram feridos e encaminhados em ambulâncias para o Hospital de Sangue em Guarapuava, o Cabo Palmiro Gomes de Oliveira e os Soldados Arnaldo Rodrigues, Aníbal Maurício Domingues e Antônio Lopes.

No dia 23 de novembro, o Capitão Sarmento, então Comandante do 1º Batalhão de Infantaria, composto por 03 Companhias de Infantaria, uma seção de metralhadoras pesadas, uma seção de artilharia de montanha, um Pelotão de Cavalaria patriótico de vaqueanos tropeiros e uma tropa de cargueiros (muas), embrenha-se na mata, conduzindo mais de 400 homens.

A tropa segue lentamente a pé, sentindo-se sufocada no trilho sem sol. A partir daí, não se viam mais caminhões e carroças, “somente uma fila interminável de homens e cargueiros contínua em marcha, conduzindo mais víveres, munição e artilharia” (MIRANDA, 1954, p. 53).

O Batalhão deslocou para Boa Vista do São Roque⁵, onde encaminha alguns revoltosos sob escolta para Guarapuava. No mês de dezembro, na localidade de Lageado Liso de São Roque (atual cidade Espigão Alto do Iguaçu), acontece mais uma baixa no efetivo paranaense quando o 2º Sargento Pedro Higino dos Santos foi morto em uma emboscada ao realizar uma patrulha de reconhecimento.

⁵ Atualmente localizado na região da cidade de Espigão Alto do Iguaçu/PR.



O efetivo da PMPR deslocou para a localidade de Campo Novo (atual cidade de Quedas do Iguaçu/PR), passando o Natal e início do ano de 1925 acampados nas matas dos pinheirais que eram abundantes. Em janeiro, a tropa segue abrindo picada na direção da estrada real que liga Guarapuava a Foz do Iguaçu, sofrendo com as dificuldades de movimentar um efetivo de mais de 400 homens entre as matas fechadas.

Conforme Miranda (1954), “as dificuldades do Batalhão Paranaense foram as mais diversas, com os machadeiros e foiceiros, à frente, rasgando a picada, enquanto os soldados na vanguarda iam reconhecendo e batendo as matas com os pés descalços a sangrar nos espinhos de nhapindá e unha de gato, progredindo lentamente. Trepando e agarrando-nos nas encostas da serra quase a pique, vamos escorregando aqui e caindo acolá, os soldados parecem modernos bandeirantes ou audazes guerrilheiros, marchando pelas selvas numa longa e interminável fileira. Atravessamos rios, muitas vezes com água pela cintura, atravessamos terrenos alagado e lamacentos, onde a humidade era sufocante. Suados, maltrapilhos e barbados, palmilhamos a picada sob sol inclemente e constantes chuvas. Muitas vezes sentimos o coração bater desordenadamente de cansaço ao atingir o alto da serra e ali sentamos para nos refazer os malditos mosquitos e abelhas nos perseguem num contínuo zumbido, a mochila com as correias de couro mal ajustadas, fere os ombros e até o fuzil é incômodo para se conduzir pelo cipoal da mata”. No dia 6 de janeiro de 1925, depois de deslocar por caminhos inóspitos, a tropa paranaense chegou à estrada real no local denominado 24⁶, sendo que os milicianos se alegraram em chegar novamente a um lugar onde o sol pudesse ser visto, além do movimento de pessoas, caminhões e carroças pela estrada real.

O escritor Domingos Meirelles conceitua Catanduvas e seu valor estratégico da seguinte forma:

As forças revolucionárias lutam por Catanduvas, um arraial miserável, encarapitado no alto de uma serra, no oeste do Paraná, por causa do seu valor estratégico. Desse ponto privilegiado, os rebeldes podem controlar a única passagem do planalto de Guarapuava para o canyon do Médio Paraná, além de

⁶ Denominado “Posto das 24” em 1888 quando a expedição da fundação da Colônia Militar do Iguaçu abria picada até a Foz do Iguaçu. Conforme instrução do Chefe da Comissão, a 24 léguas a contar do rio Xagú, deveria ser criada uma roça de 10 alqueires para a produção dos víveres das próximas expedições e uma casa para o depósito dos víveres.



dominar o importante entroncamento telegráfico que liga Foz do Iguaçu a Porto Mendes. Com o telégrafo nas mãos, os rebeldes podem comunicar-se com o resto do país e, principalmente, com o exterior. [...] (MEIRELLES, 1995, p. 313).

Catanduvas ficou marcada na história da revolução de 1924 por ter sido o local onde as tropas rebeldes permaneceram entrincheiradas por longos 06 meses.

Continuando, Meirelles (1995, p. 327) “destacou que o Quartel General do General Rondon foi instalado em Ponta Grossa, onde comandava 12.000 homens contra uma força de 3.000 homens do exército revolucionário.”

O primeiro contato da tropa paranaense com os revoltosos em Catanduvas foi marcante e sangrento e o batismo de sangue dos milicianos nas trincheiras começou no dia em que foram para a linha de frente.

Segundo Miranda (1954), ao meio-dia e trinta minutos do dia 11 de janeiro de 1925, a tropa alcançou uma pequena clareira onde pode avistar os revoltosos do lado oposto do Rio Medeiros⁷, sendo que enquanto os revoltosos atiravam em um avião de reconhecimento, a tropa avançou cautelosamente em tempo de colocar as metralhadoras pesadas em condições de pronto-emprego.

Após o final do combate, segundo Miranda (1954), o 2º Tenente Joaquim Taborda Ribas, Cabo Alfredo Schmidt e o Soldado Olimpio Nunes do Nascimento morreram no campo de batalha, ficando outros milicianos feridos, entre eles o Sargento Antonio Fernandes Vicedo, Sargento Francisco de Paula Cruz, Aspençada José Cavalheiro Mendes e os Soldados Horácio Veiga, Josino de Souza, Francisco Paraná e João Clemente de Brito.

No dia 12 de janeiro, a tropa retornou em direção ao local do primeiro combate, sendo as trincheiras cavadas com pás e picaretas pequenas, usando ainda troncos, pedras e galhos como anteparos. Ao serem percebidos pelos revoltosos, foram recebidos com violento fogo e extrema precisão, perdendo a Força Pública Paranaense os seguintes integrantes: Sargento Francisco Frederico Schultz ferido mortalmente, Cabo João Lima da Silva Porto e o Sargento Pedro Martins, alvejados e socorridos pelos padioleiros.

⁷ O autor pode ter confundido indicando como Rio Medeiros, o qual não existe no Estado do Paraná. Pela condição geográfica, tudo indica que tenha se referido ao rio Adelaide ou rio Passo Liso, ambos em Catanduvas e locais onde lutaram tropas entrincheiradas.



Segundo Miranda (1954), anoiteceu e choveu copiosamente, transformando as trincheiras num nauseabundo chiqueiro. Necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo e, nesse buraco, “a lama e o sangue mistura-se com nossas míseras carcássas”. Entre os dias 13 a 17, a troca de tiros continuou, mas os policiais da Força Pública já estavam mais adaptados à guerra nas trincheiras, sendo que enquanto os dias passavam, jogavam truco e lembravam-se de seus familiares que há seis meses haviam deixado para trás. As trincheiras eram sinônimo de combate com armas e com palavras, insultos recíprocos são trocados pelos combatentes em inútil represália e tudo isso nos dá a impressão de bestas feras rindo mutuamente dos ferimentos recebidos em luta. Essa proximidade aumentava o perigo de ser alvejado e assim, a simples tarefa de buscar sua alimentação no rancho custava a vida de combatentes de ambos os lados que se arriscavam em sair da trincheira. O Sargento João Neves foi atingido no caminho ficando com os intestinos dilacerados por uma rajada de metralhadora que o atingiu pelas costas.

Segundo o contido na obra de um dos revoltosos, João Cabanas (1926, p. 310), “a fome da tropa era saciada aos poucos por milho cosido ou assado, palmito e às vezes por brotos de taquarussú”.

Além da escassez de alimentos, sofriam os rebeldes com a falta de medicamentos e munição, que era poupada por não ter previsão de reposição, enquanto aguardavam a tropa de Luís Carlos Prestes que vinha do Rio Grande do Sul e que nunca chegou à Catanduvas.

Sobre os embates de ofensas e palavrões de ambos os lados, o autor Domingos Meirelles (1995) esclarece que a pequena distância entre as trincheiras permitia que após longos períodos de tréguas ouvia-se o inimigo conversando e de ambos os lados, os convites para desertarem eram mútuos, além das trocas de ofensas e provocações, que faziam parte do cotidiano daqueles militares que por meses se instalaram nas trincheiras de Catanduvas e seu entorno.

Além de combater um forte inimigo, as tropas rebeldes sofriam baixas nas trincheiras, porém, causadas pela sarna e disenteria em virtude da falta de higiene nas trincheiras, conforme explica Meirelles:

Há várias semanas sem tomar banho e sem trocar de roupa, com os uniformes sujos de barro e engordurados pelo suor, eles são esfolados por um inimigo pior



que Rondon: a sarna. As forças revolucionárias enfrentam há 15 dias uma epidemia de sarna para qual não encontram alívio. A doença, provocada pela falta de higiene, espalha-se por quase todo corpo. A maioria dos soldados apresenta graves lesões entre os dedos das mãos e dos pés, embaixo dos braços, na virilha e nas nádegas. A sarna mina a resistência dos rebeldes, mas não seu ânimo. Mesmo coçando-se dia e noite sem parar, com a pele do corpo toda avermelhada, eles enfrentam o inimigo. Muitos soldados lutam descalços e sem camisa para melhor se coçar, o que agrava mais as lesões. A epidemia é combatida com remédios caseiros, mas com resultado praticamente nulo, porque eles continuam imundos, usando o mesmo uniforme impregnado de parasitas imperceptíveis a olho nu [...] (MEIRELLES, 1995, p. 314).

A Força Pública Paranaense permaneceu entrincheirada até o dia 17 de janeiro, quando recebeu ordem para se retirar e descansar para o ataque à Catanduvas, programado para o dia 21 de janeiro.

Contudo, os milicianos paranaenses não acreditavam na possibilidade do êxito da ação em virtude de que os revoltosos estavam entrincheirados e em melhores condições de defenderem-se, sendo que, na madrugada do dia 17, a tropa lentamente deixou as trincheiras fétidas, com uniformes esfarrapados e os equipamentos enlameados.

Nos dias em que permaneceram entrincheirados, os milicianos paranaenses se ambientaram ao novo modelo de luta que o momento exigia, entre poucas horas de sono, muita chuva e uma dificuldade grande em ir até o rancho, à custa de vidas. Os combatentes sentiram as agruras de uma luta por ideais distintos, ou seja, enquanto as tropas paranaenses defendiam o Governo Federal, junto com o Exército Brasileiro e outras polícias, os revoltosos paulistas lutavam pelos ideais que os levaram a revolução, contrários a política do Presidente da República Artur Bernardes.

Cumprindo com a vontade do Comandante-em-chefe, o 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública Paranaense manteve-se em valas cavadas às pressas por uma semana, alcançando objetivo que lhes fora proposto que era o de manter os revoltosos cercados e cansá-los a fim de renderem-se por falta de comida, condições de higiene e munição.

Segundo o Capitão João Alves da Rosa Filho (2001), mesmo tendo desempenhado sua missão de forma satisfatória, o custo dessa semana foi alto: 04 (quatro) homens da tropa de Sarmento foram mortos nos combates. Após dois dias de repouso, mesmo não acreditando no ataque ao reduto de Catanduvas, a tropa paranaense tentava descansar à retaguarda dos combates, em enervante expectativa,



porém, ao amanhecer do dia 21 de janeiro, os policiais militares acordaram com intensa artilharia que vinha da retaguarda. Logo perceberam que Formigas estava sendo atacada. Na localidade de Formigas, que se encontrava entre a Serra da União e Roncador, estavam instalados os serviços de saúde e de reabastecimento das tropas legalistas.

Percebendo que as ações do General Rondon aumentavam em intensidade e que as chances de os revoltosos avançarem no sentido de Guarapuava eram reduzidas, o Estado-Maior revolucionário reuniu-se em Catanduvas, quando o General Miguel Costa levou o Tenente Cabanas até aquela localidade a fim de mostrá-lo à tropa, para dar fim às mentiras das forças governistas de que Cabanas teria sido morto.

Em reunião, Cabanas convenceu o Estado-Maior de que permanecer com a Coluna da Morte em Catanduvas de nada iria adiantar, uma vez que desde São Paulo foram obrigados a movimentar-se para não serem dizimados pelo cerco das tropas governistas em maior número e com melhores condições de luta. Assim, o plano de tomar Formigas pela retaguarda foi autorizado pelo General Miguel Costa e Cabanas iniciou a abertura da picada até Formigas. Além de Formigas, outras posições legalistas seriam tomadas de assalto simultaneamente no entorno de Catanduvas. (CABANAS, 1926).

Assim, o Tenente Cabanas ousou em seu plano: atacar Formigas pela retaguarda abrindo uma picada entre Salto (próximo a Cascavel) e a localidade desejada. Para Cabanas (1926, p. 269), “Formigas era uma pequena povoação situada em um campestre no coração da mata”. Sua intenção era ocupar a vila por onde a estrada real cruzava, impedindo assim que os reforços governistas chegassem até Catanduvas.”

O ataque foi realizado no amanhecer e, segundo Cabanas, assim aconteceu:

As sentinelas dormiam, armas entre as pernas, sentadas nos parabalas das trincheiras [...] Os primeiros raios de sol se filtravam suavemente através das árvores [...] não me continha de alegria e prazer, por ver meus inimigos descuidados, calmamente entregues ao descanso [...] Quanto maior surpresa, mais mortandade, mais alegria! [...] canhões monstros, em tocaia, se enfileiravam á direita da casa do Estado maior, assinalada pelo pavilhão nacional hasteado na tosca fachada [...] quando de todos os lados, rompe sobre o descuidado acampamento um terrível fogo de fuzilaria acompanhado de uma assuada formidável, salientando-se os gritos de ‘Cabanas chegou!’ [...] De todas as barracas e das casas saltava gente tomada de assombro, correndo em todas as direcções, sem ordem, sem comando [...] Raro aquelle que estava vestido completamente e muitos os que estavam nús [...] Um oficial só, com uma metralhadora pesada, bravamente fazia fogo e já magotes de soldados,



mesmo sem comando, estendiam-se em linha de atiradores [...] travou-se combate a arma branca, ou para melhor dizer, a facção, porque não dispúnhamos de bayonetas; e após alguns minutos, os soldados governistas ante os golpes da nossa arma, cuja defesa não lhes ensinaram nos quartéis, foram presos outra vez de terror pânico. Debandaram abandonando o terreno. Sumiram pela espessura da mata, deixando armas e bagagens. [...] (CABANAS, 1926, p. 277-279).

O ousado plano de Cabanas quase fez refém o Comandante-em-chefe das operações no Paraná: General Rondon. Por um problema mecânico seu veículo não conseguiu chegar a Formigas, tendo permanecido o Comandante em Mallet.

Na casa principal do vilarejo, as tropas da Coluna da Morte apreenderam mapas e relatórios dos efetivos governistas. As forças do General Rondon eram em maior número, em melhores condições de higiene, mais bem armadas, equipadas e alimentadas.

Conforme Miranda (1954), os milicianos paranaenses eram a única força disponível para contra-atacar os revoltosos, portanto seguiram para frente de combate e no caminho encontraram oficiais e soldados que fugiam, quase sem roupas, descalços e com os pés sangrando da marcha forçada na estrada com pedregulhos, destacando que os fugitivos revelaram que haviam sido atacados pela manhã pelo Batalhão comandado por Cabanas.

Enquanto a tropa da PMPR deslocava, Cabanas ordenou aos prisioneiros que cavassem covas para enterrar os militares mortos naquele combate, sendo uma das vítimas o médico Antonio Baptista Leite, que abandonou o hospital legalista durante o fogo intenso.

Continuando, o militar paranaense Miranda relata que seguiram com extrema prudência ao se aproximar de Formigas, sendo que logo iniciou-se o combate com os revoltosos, que foi assim descrito por Miranda:

O Batalhão embora reduzido a 120 homens, imediatamente contra-atacou em cumprimento das ordens recebidas. E entrincheirados na orla da mata e na boca da picada telegráfica, mantivemos cerrado e ininterrupto fogo até a madrugada; a velha imbuia em que nos abrigamos inicialmente, serviu também para nos assegurar um sono tranquilo. Pela madrugada, cessou completamente o fogo inimigo e pelas 5 horas da manhã uma patrulha de reconhecimento constatou que os rebeldes haviam se retirado de formigas.[...] (MIRANDA, 1954, p. 71).



A participação da Força Pública Paranaense, a primeira unidade a dar combate no contra-ataque aos revoltosos em Formigas, teve extrema importância não permitindo que os milicianos paulistas se organizassem na defesa daquela posição.

Cabanas (1926, p. 286) relatou que “a luta era geral e vigorosa em todos os pontos [...] as balas choviam dentro do povoado de uma maneira extraordinária e minha metralhadora [...] mudava de posição de momento em momento”.

Os combates intensos foram até o anoitecer e Formigas estava cercada, mas dessa vez pelos legalistas dispostos a retomá-la. Percebendo que não conseguiriam defender aquela posição, as tropas paulistas utilizaram da escuridão para aos poucos se retirarem, internando-se na mata.

Enquanto a tropa de Cabanas retirou-se para a região de Salto (próximo a Cascavel), as forças legalistas o perseguiram incansavelmente, sendo que segundo Cabanas (1926), o retorno da “Coluna da Morte” até Catanduvas demorou 11 dias. Mais uma vez fica evidente a importância do emprego dos milicianos paranaenses por ter sido a primeira tropa a deslocar para Formigas, importante base de logística para a operação em Catanduvas.

A rapidez do acionamento e a sua chegada a Formigas impediu que os revoltosos conseguissem formar posições defensivas, obrigando-os a se defenderem improvisadamente até a chegada de outras tropas legalistas. Com a posição sendo cercada, a alternativa dos rebeldes foi a fuga pela mata, na madrugada, sem poder manter seu plano inicial, além de terem que abandonar grande quantidade de armas e munições que inicialmente conquistaram com o assalto.

Ainda, no dia 22 de janeiro, os milicianos paranaenses deslocaram até a localidade de Colônia Paraguaia, ao norte de Formiga e por volta das 19 horas as patrulhas de reconhecimento perceberam que havia forças naquele local.

Segundo Miranda, com a despreocupação do inimigo, pois não tinham sentinelas, a Colônia Paraguaia era apenas uma clareira no mato, com uma casa grande ao centro e um rancho menor, com barracas grandes distantes do prédio principal, sendo iniciado a aproximação da vila na madrugada conforme o relato do miliciano paranaense Miranda, senão vejamos:

O orvalho da noite umedece nossos pés descalços [...] A Companhia é dividida em duas frações; uma delas sob o comando do Tenente Evangelista; a outra



seguuiu sob meu comando. Rastejando algumas vezes e outras cautelosamente agachados conseguimos atingir o prédio principal. É uma casa grande de madeira; ao lado está armada uma grande barraca de campanha, com aparência de hospital de socorro de emergência ou sangue [...] estamos perplexos e surpresos; faltava apenas reconhecer o prédio principal. Encaminhamo-nos para lá, quando, subitamente, irrompe cerrado tiroteio do rancho que ficava a 30 metros da casa [...] A metralhadora gargalha sinistramente mais uma vez, ecoando pela floresta. Mais uma vez ouvimos consternados os clássicos gritos de dôr e gemidos abafados [...] Tudo passa com a precisão de um relâmpago. Rapidamente nos passa pela memória a convicção de uma emboscada dos rebeldes. Dentro da casa ouvimos murmúrio de vózes abafadas por isso mais se acentua a desconfiança. Não vacilamos e a porta abre-se à custa de coronhadas de fusil. Nossos olhos contemplam então uma cena tragicamente dolorosa; camas alinhadas; semblantes assustados e pálidos em silêncio expectante; homens cm mais variados aparelhos, enfaixados de gases, estão deitados e com os olhos esbugalhados nos contemplam. Esse quadro doloroso, jamais nos sairá da memória [...] ameaçados pelos nossos fusis, todos os homens válidos levantam os braços instintivamente. Não compreendemos ainda o que se passa nesses rápidos e angustiantes momentos, porque pelos uniformes dos oficiais e praças podemos identificá-los como forças regulares do exército [...] Quem combatemos lá fora? ... E o sargento responde: elementos da Polícia Catarinense [...] Rápido gritei do alto: Cessem fogo!... Cessem fogo! [...] Os tiros foram cessando quasi em seguida, enquanto os oficiais e soldados do S.S. nos abraçavam chorando de alegria e lamentando o engano fatal. [...] (MIRANDA, 1954, p. 74-75).

Sobre esse episódio, cabe ressaltar que o Batalhão catarinense chegou a Colônia Paraguaia onde foram informados não haver tropas inimigas ou amigas, apenas a guarnição do hospital de sangue.

Ainda, Miranda (1954) citando o relatório do Major Marinho, do Serviço de Saúde da Colônia Paraguaia, o qual relata o engano ocorrido e a morte do Sargento Souza, da polícia paranaense, da morte de dois soldados catarinenses e ainda outros dois soldados do serviço de saúde, sendo as vítimas sepultadas por volta das 11 horas do dia 22, junto à vila, entre elas o Sargento da tropa paranaense Francisco da Costa Souza.

Os legalistas continuaram na busca dos paulistas que atacaram Formigas e recompostos da tragédia do dia anterior, após breve descanso, novamente iniciaram marcha, chegando à localidade Sítio, constituída por apenas dois casebres.

A tropa paranaense perdeu mais de 30 policiais que desertaram (MIRANDA, 1954), sendo essa baixa sentida profundamente, tendo o Batalhão comandado por Sarmento ficado com apenas 90 homens e por sorte, uma seção de metralhadoras pesadas da polícia paulista reforçou o efetivo paranaense. Continuando, relatou que na vila Sítio, os milicianos paranaenses passaram longos e enervantes dias, pois apenas



realizavam exercícios sem qualquer atividade de campanha, reconhecimentos cotidianos eram realizados e às vezes a tropa ficava atenta a tiros disparados no mato por “praças imprudentes” contra porcos selvagens (catetos).

Mesmo na calma que o efetivo já estava habituado, o Comandante Sarmento não deixava seus homens descuidarem-se com a segurança do acampamento, mantendo rigorosa vigilância, sendo que essa vigilância poupou vidas paranaenses uma vez que o Estado Maior revoltoso decidiu atacar em vários pontos, a exemplo do ataque a Formigas.

Enquanto as tropas do Coronel Estilac Leal permaneciam entrincheiradas em Catanduvas, demais forças iriam atacar esporadicamente as bases governistas enquanto aguardavam o reforço prometido por Luís Carlos Prestes. O local escolhido por Cabanas foi Sítio, onde estava fortemente entrincheirado o Batalhão Paranaense.

O líder paulista relata que em 26 de fevereiro marchara a sua coluna cautelosamente quando observou o adversário descuidado e com pouca vigilância em meio à mata.

Assim, Cabanas (1926, p. 313) fez avançar “a vanguarda para cair de surpresa dentro das trincheiras inimigas”, e quando já considerava a posição tomada, foi descoberto.” Ainda, Cabanas relatou que “estavam tão próximos que ouvíamos e víamos tudo [...] Parece que a patrulha saíu de mau humor”. Talvez considerasse intempestiva a ordem de seu comandante, contudo Cabanas não contava com o profissionalismo do Comandante Sarmento que segundo Miranda (1954, p. 80), “determinou rigorosa segurança da tropa que lhe foi confiada. Assim a patrulha de reconhecimento percebeu Cabanas com a Coluna da Morte e logo que adentraram a mata, subitamente o gargalhar sinistro da metralhadora quebra o longo silêncio, ecoando pelas matas, como se outras tantas respondessem ao apelo da morte”.

Essa versão coincide com o relato de Cabanas (1926), que percebeu o descuido dos soldados paranaenses. A descrição do líder paulista Cabanas revela que a ação de ataque somente não foi bem sucedida porque um soldado de Cabanas precipitou-se e disparou um tiro na patrulha inimiga, matando um paranaense. Assim “os restantes destes em rápida meia volta, foram, como flechas, cair nos seus entrincheiramentos



[...] abriram cerradas descargas de fusis e metralhadoras em todas as direcções varrendo a mattaria”.

O militar paranaense Miranda descreveu o ataque da seguinte forma:

Já ouvimos por cima do acampamento o assobiar das balas dos atacantes, entrando em contato com o reconhecimento que, providencialmente, saiu em hora oportuna. As guardas avançadas recolhem-se rapidamente para o centro do acampamento e abrigam-se no entrincheiramento, há muitos dias preparado com carinho. Logo depois, recolhem-se também para lá, praças do reconhecimento. Rôto, arranhado e sem gôrrro, aparece o cabo SILVANO DE LIMA, informando ter dado com os rebeldes a 150 metros de distância, emboscados, e que atacaram o reconhecimento à metralhadora. O chefe do reconhecimento poudê vêr ainda o cabo RAIMUNDO CARDOSO DOS SANTOS, levar a mão ao ventre e cair à beira da picada.[...] (MIRANDA, (1954, p. 80).

A Coluna da Morte, com pouca munição, continua o ataque abrigada na mata e respondendo ao fogo dos paranaenses com moderação, tentando contornar o acampamento a fim de cercá-lo, porém, percebendo o forte entrincheiramento, conteve-se em apenas abrir fogo contra os homens do Comandante Sarmento.

O líder da tropa paranaense, percebendo que os disparos entre a floresta não tinham o efeito desejado, adotou uma tática para abandonarem suas posições: atirava com a metralhadora nos galhos dos pinheiros (fartos na região), sobre a cabeça dos revoltosos. Miranda (1954, p. 81) explica que, “sabíamos que ao impacto dos tiros os galhos fatalmente viriam abaixo e, assim, uma chuva de madeira verde fustigaria incessantemente os nossos atacantes”.

Esse ataque adentra à noite e continua pela madrugada, e ao amanhecer vai diminuindo. Aí, na manhã de 28 de fevereiro, entra em ação a 9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas – CMP do Exército que vinha substituir o Batalhão de Sarmento.

A 9ª CMP flanqueou os revoltosos, obrigando-os a bater em retirada. Sobre a decisão de encerrar o assalto, Cabanas (1926, p. 315) relata que “vendo a inutilidade do sacrifício que estava fazendo para desalojar o inimigo entrincheirado na minha frente, formei a tropa e recolhi novamente á Floresta”.

Assim, o ataque de Cabanas na localidade de Sítio só não atingiu seu objetivo devido às manobras de defesa determinada pelo Comandante Sarmento, além da rigorosa vigilância estabelecida pelo Comandante paranaense que não subestimava os revoltosos, mesmo sabendo que estavam sendo rechaçados nas suas posições. Além



disso, há mais de um mês sem qualquer combate e sabendo que a tropa retornaria para Curitiba, naturalmente a vigilância poderia diminuir, o que não aconteceu.

Findo esse combate, na manhã de 28, os paranaenses são substituídos e marcham para Formigas onde o Comandante Sarmento organiza o comboio de regresso com carroças. Os milicianos foram para casa sem qualquer lamento ou reclamação, apenas queriam o quanto antes rever suas famílias (MIRANDA, 1954).

Para Rosa Filho (2001, p. 64-65), “a desmobilização do 1º Batalhão de Infantaria somente se deu depois de que o Tenente João Busse, que lutava em Catanduvas foi a Curitiba para tratamento de saúde, pois o referido oficial colocou o General Rondon a par das ações do Batalhão, de seu efetivo, que já era reduzido e principalmente da saúde do Capitão Sarmento, que era debilitada em virtude de sofrer de insuficiência mitral.”

As tropas paranaenses haviam lutado durante 08 meses no interior de São Paulo e Paraná, tendo valorosos homens perdido a vida ao longo desse período.

Segundo Miranda (1954), no regresso a tropa paranaense viu com estranheza duas fileiras de soldados do Exército ladearem a estrada, sendo que quando o Batalhão passou, os soldados os receberam com prolongada salva de palmas. Ao chegarem a Colônia Mallet (Laranjeiras do Sul), encontraram-se com a tropa do 2º Batalhão de Infantaria da Força Pública Paranaense, vindo de Curitiba, os quais iriam substituí-los, estando esse contingente sob o Comando do Capitão Deocleciano Gomes de Miranda. Em Mallet, ambos os Batalhões descansaram por 05 dias.

Continuado Miranda, os milicianos, em franca e leal camaradagem reuniam-se “em volta das fogueiras [...], tomando chimarrão e trocando impressões [...] uns encontram ainda tempo de perguntar por seus companheiros, enquanto outros narram as façanhas [...] nos diversos combates em que tomaram parte durante a grande jornada”.

Segundo Rosa Filho (2001), o 2º Batalhão da PMPR foi mobilizado no final de janeiro de 1925, sendo composto por 152 oficiais e praças, ficando a tropa dividida em frações, rumando para as localidades de Pensamento e Sítio, local onde esteve posicionado o 1º Batalhão da PMPR. Após reagrupar os homens, acantonou na localidade de Formigas onde permaneceu depois da queda de Catanduvas.



Por fim, o 2º Batalhão de Infantaria foi desmobilizado e retornou a Curitiba após ocupar Porto Mendes e Guaiara.

Com relação aos revoltosos, não resistiram à fome, às intempéries, à sarna, à falta de higiene, de munição e a superioridade das tropas legalistas e no dia 29 de março de 1925 renderam-se ao cansaço conforme previa o Comandante-em-chefe das tropas legalistas.

Segundo Heller (2007), os rebeldes erguem-se com os braços levantados e começam a sair dos buracos onde viveram como animais durante meses. Os homens que caminham em silêncio, tropeçando, quase sem forças, têm um aspecto desolador e comovente: unhas grandes e sujas, cabelos longos endurecidos pela lama, corpos enrolados em trapos que lembram vagamente restos de uniformes. Muitos com a palidez da morte nos rostos magros rendem-se amparados por companheiros porque já não podem andar.

Os prisioneiros que resistiram em Catanduvas marcharam a pé até Irati, onde foram de trem até Paranaguá, seguindo de navio para o presídio militar de Clevelândia do Norte, no Amapá.

Com relação à queda de Catanduvas, cabe ressaltar a narração feita por Lourenço Moreira Lima, integrante das tropas revolucionárias, em sua obra “A Coluna Prestes”, com as seguintes palavras:

Com a concentração de um efetivo esmagador pelo número e emprego de quase todos os engenhos de guerra conhecidos, os **asseclas do bernardismo**, na data de 29 do mês findo, **conseguiram seccionar as forças da Divisão São Paulo, atacando fortemente os elementos da 2ª Brigada e outras tropas que heroicamente defendiam Catanduvas**. [...] Conseguiram escapar muito poucos desses abnegados revolucionários, contando-se entre eles o comandante daquela Brigada, Sr. Tenente-Coronel Newton Estillac Leal, seu chefe de E.M, Sr. Capitão Felinto Muller, Sr. Capitão Philogonio Antonio Theodoro com parte da sua companhia, Sr. 1º Tenente Deusdedit Loyola com parte de sua cavalaria e outros cujos nomes serão oportunamente publicados.” [...] (MOREIRA LIMA, 1945, p. 540-541, grifo nosso)

Segundo Rosa Filho (2001, p. 69-70), no dia 04 de maio de 1925, o General Cândido Mariano da Silva Rondon comunicou o Presidente do Estado do Paraná “ter voltado o regime de ordem na região do Alto Paraná, onde as tropas sob seu comando, levaram vencidas os revoltosos retirantes de São Paulo, após renhidos e sucessivos combates.”



Ainda, continuando o historiador paranaense, no dia 05 do referido mês, o General Rondon expediu a seguinte Ordem-do-Dia:

A vitória da Lei
Está terminada a luta com a completa derrota dos rebeldes.
Esses maus brasileiros, vergonhosamente aliados a mercenários estrangeiros, não conseguiram a derrocada da terra que os criou e hospedou com carinho.
Está de parabéns a Nação brasileira. E não podia ser de outro modo.
Uma rebelião que se caracteriza pela traição, pelo saque e pelo mercenarismo dos seus combatentes, não podia vingar nesta terra habitada por gente leal, tão honesta e tão brasileira. Ao iniciarem a luta em São Paulo, só conseguiram com traição, com embustes, com dinheiro e com saques os seus primeiros combatentes.
Não havia ideal nesse agrupamento mesclado. Engrossaram suas fileiras, aliciando nas baixas camadas dos aventureiros internacionais. Repelidos das fronteiras do Mato Grosso, após aniquilamento dos seus tão decantados batalhões de estrangeiros, vieram para os sertões do Paraná e aí, apoiados na ferocidade de novos mercenários semi-bárbaros, continuaram a fazer correr sangue brasileiro com a insensatez de desvairados.
Os fuzilamentos que fizeram dos seus próprios companheiros, atestam o desequilíbrio mental da horda mercenária.
Devemo-nos regozijar pela vitória porque sentimos que, durante longos meses de luta e de tentativas de novas rebeldias, a Nação inteira conservou-se firme ao lado da Constituição, prestigiando o Supremo Magistrado da Pátria na sua ação calma e valorosa de homem superior.
Agora resta castigar os tresloucados para que fique o exemplo para as gerações futuras.
É preciso que os crimes contra a Pátria não fiquem impunes.
Congratulo-me com as tropas legais! Abraços de imorredouro reconhecimento aos camaradas da 5ª Região Militar que souberam cumprir com nobreza e estoicismo o seu dever de patriota.
Uma eterna saudade no túmulo dos heróis que tombaram na defesa da Pátria querida.

Segundo Rosa Filho (2001), para comemorar a vitória das forças legais, o General João Nepomuceno da Costa, Comandante da 5ª Região Militar, realizou no dia 24 de maio de 1925 uma grande parada militar, sendo que para maior brilhantismo do evento, compareceu um Batalhão da então força Militar do Paraná, que “com muita bravura e dedicação constituiu um dos baluartes da vitória contra os perturbadores da ordem”, segundo palavras do referido Oficial General.

3.3 Relação dos integrantes da força militar paranaense mortos em combate

Segundo o contido na obra de Rosa Filho (2001), o 2º Sargento Otávio Bueno da Rocha, integrante do Esquadrão da Cavalaria, foi morto no dia 22 de outubro de 1924,



na cidade Guarapuava/PR, quando em operações de guerra, tendo o então Comandante-Geral da PMPR escrito às palavras abaixo quando da sua exclusão:

“Este comando manifesta seus sentimentos de sincero pesar pela perda de tão útil servidor, vítima do cumprimento do dever.”

O Cabo Félix Alves da Conceição tombou em combate travado na Serra dos Medeiros (região Oeste paranaense), em 24 de novembro de 1924.

O 2º Sargento Pedro Higino dos Santos e o Cabo Vicente Américo de Moraes, ambos excluídos do estado efetivo da Corporação no dia 02 de janeiro de 1925, por terem falecido em combate o primeiro quando fazia um reconhecimento na Serra dos Medeiros e o segundo por ocasião da ocupação na cidade de Guaíra/PR, tendo o então Comandante-Geral da PMPR sobre a morte desses dois militares proferido o que segue:

“São mais dois bravos companheiros que honrando as tradições dos nossos soldados souberam, com o sacrifício de seu sangue, defender as sagradas instituições do nosso amado Brasil. Este Comando pesaroso envia pêsames às famílias dos valorosos camaradas.”

O 2º Tenente Joaquim Taborda Ribas, morto em combate no dia 11 de janeiro de 1925 na região de Catanduvas/PR, tendo o Comandante-Geral da PMPR dito em sua Ordem-do-dia as seguintes palavras:

Este comando, bem como toda a Força, sentem-se orgulhosos em consignar no presente boletim a nobreza que, honrando as gloriosas tradições do soldado brasileiro, soube colocar os seus princípios de civismo acima de tudo, não regateando o seu generoso sangue por algum tempo mais de vida, nem poderia ser outra a orientação de tão valoroso soldado, que acaba de escrever mais uma fulgurante página na história gloriosa da Força, avultando-se com a administração no presente e exemplo no futuro.

Foi para o além, mas levou a adornar-lhe a frente uma coroa de glória, tendo o dever como pedestal e o sacrifício como apoteose. Assim, dou-me os parabéns por contar entre meus comandados, um servidor de tão alto valor, parabéns à Força e à família por tão acrisolado rebento, pêsames ao Brasil, à Lei e à República por tão irreparável perda.

O 2º Sargento Fernando Frederico Schutz, morto em combate no dia 12 de janeiro de 1925 na região de Catanduvas/PR, tendo o Comandante-Geral da PMPR ao excluí-lo, proferiu as seguintes palavras:

E mais um camarada, digno por todos os títulos de respeito e admiração de todos nós, que cômico dos sagrados deveres do soldado, tombou no fragor da batalha, coberto de louros, procurando elevar ainda mais altos créditos e



gloriosas tradições de nossa Força, oferecendo-se em holocausto às sacrossantas instituições de nossa Pátria.

No dia 19 de janeiro de 1925, o Presidente do Estado do Paraná sancionou o Decreto nº 46, promoveu o 2º Tenente Taborda Ribas e o 2º Sargento Fernando Schutz por ato de bravura, aos postos de 1º e 2º Tenente, respectivamente, determinando que os seus corpos fossem transladados para Curitiba/PR.

O Cabo de esquadrão Alfredo Schimidt e o Soldado Olímpio Antônio do Nascimento mortos em combate no dia 11 de janeiro de 1925, nas proximidades de Catanduvas/PR, tendo o Comandante-Geral ao excluí-los do estado efetivo da Corporação assim se manifestado:

“Esses valorosos camaradas tombaram heroicamente em defesa da legalidade. São mais dois soldados da Força que, compenetrados do sagrado dever para com a Pátria, derramaram o seu sangue procurando como verdadeiros brasileiros mostrar à posteridade, o nosso amor pelas instituições republicanas.”

O 3º Sargento Francisco da Costa Souza, morto no dia 23 de janeiro de 1925 quando fazia um reconhecimento na região Oeste paranaense, recebeu do Comandante-Geral da PMPR a seguinte referência:

“É mais um camarada vítima dos inimigos da Pátria, que no cumprimento do dever derramou o seu sangue em holocausto às sagradas instituições da República.”

O Cabo da esquadra Raimundo Cardoso dos Santos morto em combate no dia 26 de fevereiro de 1925 na região Oeste paranaense.

O Anspeçada Vicente Américo de Moraes e o Soldado do Esquadrão de Cavalaria José de Oliveira Dias, mortos em combate por ocasião da ocupação da cidade Guaíra/PR.

O 3º Sargento Nicácio Gomes Ferreira morto em consequência dos ferimentos recebidos no combate travado nas proximidades de Catanduvas/PR.

O Soldado Abílio Cândido de Azevedo morto no combate no dia 22 de maio de 1925, no lugar denominado Pensamento (região Oeste paranaense).

O Cabo de esquadrão Manoel Ribeiro da Costa caiu prisioneiro dos revoltosos na cidade de Guaíra/PR, conseguindo fugir veio a falecer no Estado de Mato Grosso em virtude de doença adquirida em campanha.

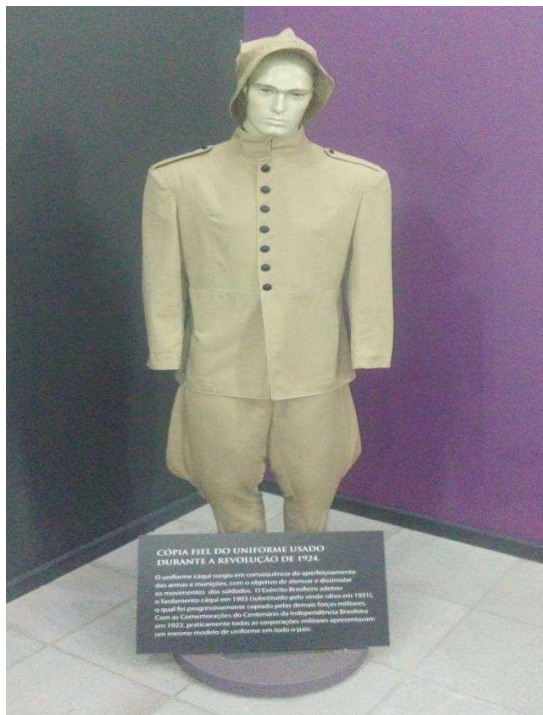
3.4 Levantamento fotográfico na região de Catanduvas

Figura 3 – Placa de inauguração do Memorial.



Fonte: autor.

Figura 4 – Réplica fardamento forças legalistas.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR.

Figura 5 – Catanduvas vista do alto das trincheiras das forças revolucionárias, após a ocupação.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR.

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt. Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25

Figura 6 – Imagem da Estação Telegráfica de Catanduvás, com as tropas legalistas em destaque.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvás/PR.

Figura 7 – Comandante do efetivo da PMPR (centro) e demais oficiais na região de Catanduvás.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvás/PR.

Figura 8 – Paineis com os nomes dos responsáveis pela criação do Memorial da Revolução 24.

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt. Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR.

Figura 9 – Materiais encontrados nos locais dos combates na região de Catanduvas.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR.

Figura 10 – Materiais encontrados nos locais dos combates na região de Catanduvas.

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt. Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qpm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR.

Figura 11 – Materiais encontrados nos locais dos combates na região de Catanduvas.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR.

Figura 12 – Materiais encontrados nos locais dos combates na região de Catanduvas.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR

Figura 13 – Imagem do cemitério Roncador próximo aos locais dos combates em Catanduvas.



Fonte: Memorial da Revolução 24, Catanduvas/PR.

Figura 14 – Imagem do cemitério Roncador, município de Catanduvas/PR, em janeiro/2020.



Fonte: autor.

Figura 15 – Imagem do local onde existia uma das trincheiras das tropas legalistas (lado direito).



Fonte: autor.

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt, Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25



4 Revolução de 1930

Segundo Rosa Filho (2002), em 1930 dominava o país uma oligarquia agrária e latifundiária. A política do café com leite fazia alternância no poder desde o ano de 1894, os Estados de São Paulo e Minas Gerais se mantinham como que em monopólio no Palácio do Catete, causando irritações nos demais Estados, principalmente no Rio Grande do Sul. Essas condições políticas foram responsáveis pelo surgimento do movimento tenentista, cujo grupo no período anterior à Revolução de 1930, tinha pouca vinculação com os meios civis.

A crise econômica de 1929, atingindo a economia cafeeira, espalhou seus efeitos no Brasil, ocorrendo em um momento político bastante delicado, quando se realizavam os procedimentos eleitorais para a escolha do sucessor do Presidente da República, Washington Luiz.

Conforme os princípios da política do Café-com-leite, quem deveria indicar o próximo presidente seria a oligarquia mineira, seu candidato era o presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos, porém alegando a necessidade da continuidade de políticas econômicas específicas visando à recuperação do país, Washington Luiz indicou como seu candidato oficial a sucessão o presidente de São Paulo, Júlio Prestes.

A Aliança Liberal com a candidatura de Getúlio Vargas para Presidente da República e de João Pessoa para vice, colocava-se contra o coronelismo⁸ e o voto de cabresto⁹, defendiam ainda a implantação do voto secreto e a modernização da sociedade e da economia do Brasil.

Contudo, a Aliança Liberal acabou sendo derrotada em abril de 1930, à exceção dos estados que a apoiavam: Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, sendo que a essa derrota aumentou a frustração política e as aspirações insurgentes em todo o Brasil.

⁸ O coronelismo no Brasil é símbolo de autoritarismo e impunidade. Conjunto de ações políticas de latifundiários (chamados de coronéis) em caráter local, regional ou federal, onde se aplica o domínio econômico e social para a manipulação eleitoral em causa própria ou de particulares. Fenômeno social e político típico da República Velha, caracterizado pelo prestígio de um chefe político e por seu poder de mando. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Coronelismo>. Acesso em: 03 jan. 20).

⁹ O voto de cabresto é um sistema tradicional de controle de poder político através do abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública. Como o voto era aberto, os eleitores eram pressionados e fiscalizados por capangas do coronel, para que votassem nos candidatos por ele indicados. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Voto_de_cabresto. Acesso em: 03 jan. 20).



Assim, liderado pelo secretário do governo do Rio Grande do Sul (Oswaldo Aranha), a partir de maio de 1930 organizou-se um movimento conspiratório visando impedir a posse de Júlio Prestes e o afastamento de Washington Luiz do governo do país. Líderes tenentistas das rebeliões militares durante a década de 1920 aderiram e auxiliaram no planejamento e condução do movimento.

Segundo Rosa Filho (2002), durante os preparativos para o início da revolução, ocorreu em Recife um fato que serviu para exaltar ainda mais os ânimos e incendiar de vez o barril de pólvora em que estava convertida a nação: o assassinato de João Pessoa no dia 26 de julho. O criminoso, João Dantas, era ligado politicamente ao governo federal e cometeu o crime em represália à perseguição movida por João Pessoa a seus adversários. O início da revolução já havia sido marcado para o dia 24 de julho, 28 de julho e 26 de agosto, sucessivamente. Após essas protelações, no dia 03 de outubro de 1930, a revolução explode em Porto Alegre e, já no dia imediato, todas as posições militares estavam tomadas na capital gaúcha, estendendo-se esse domínio a todo o Estado. No dia seguinte, partiam duas colunas revolucionárias: uma em direção ao Paraná e Santa Catarina e outra em direção a São Paulo.

Continuando, o historiador paranaense afirmou que na madrugada do dia seguinte, explodia a revolução em Curitiba, esboçando-se uma pequena reação no quartel do 9º Regimento de Artilharia Montada, ficando à frente dessa unidade o Capitão Amorety Osório, ao mesmo tempo em que no 15º BC o Capitão Menna Barreto, depois de vibrante discurso, incitou a tropa à rebelião, assumindo o seu comando. Depois desse feito, isto é, por volta das três horas da madrugada, as tropas rebeldes sob o Comando do Major Plínio Monteiro Tourinho se assenhoraram da Capital.

Tão logo assumiu o comando das tropas revoltosas, segundo Rosa Filho (2002), o Major Tourinho “telefonou ao Dr. Afonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, aconselhando-o a não resistir, depondo-o do governo constituído. Antes de abandonar a cidade, a referida autoridade recomendou ao Comandante-Geral da PMPR que não oferecesse resistência ao movimento revolucionário, evitando derramamento de sangue.[...] Diante de tão delicada situação, o próprio Cel. José Cândido da Silva Muricy, Comandante-Geral da PMPR, resolveu deixar o cargo, passando-o ao seu substituo imediato, recolhendo-se à sua residência. A Corporação,



que até então estava fiel e pronta para defender as autoridades constituídas do Estado, não vacilou diante da situação imprevista, procurando o novo comandante entrar em contato com os revolucionários, aderindo ao movimento. Em vista do alto conceito que ela gozava, foi recebida a sua adesão de braços abertos pelas forças federais.[...] Assim, às oito horas da manhã de domingo, dia 05 de outubro, a tropa policial-militar desfilava com as demais forças revolucionárias pelas principais ruas da cidade, festejando a vitória da revolução entre nós, que se registrara com o sacrifício de uma única vida¹⁰.

Ao aderir ao movimento revolucionário, a PMPR segundo Rosa Filho (2002, p. 16) “vivia uma situação bastante precária. [...] A Corporação contava com o efetivo previsto de apenas 855 praças e 59 oficiais, cujos números nunca foram atingidos, havendo sempre claros significativos para serem preenchidos. Em caso de necessidade, o efetivo podia ser elevado até o dobro, a critério do governo (Lei nº 2682, de 23 abr. 29).”

Não obstante contar com um efetivo pequeno, a Força Militar Paranaense procurou organizar as suas unidades para lutar ao lado das forças federais, unindo-se com um mesmo ideal.

Assim, após a adesão ao movimento revolucionário, foi organizada a 1ª Companhia do 1º Batalhão de Infantaria, a fim de operar na Capela da Ribeira juntamente com as forças do 1º Tenente do Exército Álvaro Braga e do Coronel Exército Argemiro Dornelles.

O Comando da 1ª Companhia foi entregue ao Capitão PM José Rodrigues Sampaio de Almeida, possuindo o seguinte efetivo:

a) Oficiais: 2º Tenentes Alberto dos Santos, Manoel Alves do Amaral e Jonas Brasil;

b) Praças: 09 (nove) Sargentos, 19 (dezenove) Cabos e 58 (cinquenta e oito) Soldados.

Total: 86 (oitenta e seis) Oficiais e Praças.

¹⁰ Segundo Rosa Filho (2002, p. 34), foi morto o Major Correia na tentativa de impedir a sublevação do 9º Regimento de Artilharia Montada, do qual era comandante.



Ainda, outra organização policial-militar foi estruturada para integrar as tropas federais, sendo a 2ª Companhia do 1º Batalhão de Infantaria sob o comando do Capitão PM Waldemar Kost, possuindo o seguinte efetivo:

a) Oficiais: 1º Tenente Laurindo Olegário Dias, 2º Tenentes Antisthenes Miranda de Moraes Sarmiento, Luiz João Motta e João Corrêa Saavedra;

b) Praças: 11 (onze) Sargentos, 106 (cento e seis) Cabos e Soldados;

c) Seção de Cavalaria: 03 (três) Tenentes, 06 (seis) Sargentos e 66 (sessenta e seis) Cabos e Soldados.

Total: 198 (cento e noventa e oito) Oficiais e Praças.

Segundo Rosa Filho (2002, p. 18-19), “o 1º Batalhão de Infantaria da Força Paranaense, que além de possuir as duas Companhias supramencionadas, possuía um Estado-Maior, Pelotão Extranumerário e a 3ª Companhia, estando sob o comando do Major PM Waldemar Kost que havia sido promovido a este posto no dia anterior.”

Nesse cenário, segundo o militar paulista Hélio Tenório (2015, p. 69), “a chegada dos revolucionários ao território paulista era apenas questão de tempo. O comando da Região Militar, ciente disto, iniciou a concentração de forças na fronteira sul do Estado. Contingentes da Força Pública foram guarnecer as entradas de Cananéia, Capela da Ribeira, Ourinhos e o Rio Paraná. Enquanto isto, o grosso das forças do Estado foi concentrado em Itararé.”

4.1 Ações desenvolvidas na região de Sengés e Itararé

Segundo Hélio Tenório (2015), em 1930 Itararé era ainda uma pequena cidade com cerca de 7.000 habitantes, ocupando a localização estratégica de ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. [...] No comando do contingente da Força Pública, enviado para a cidade, estava o Tenente Coronel da Força Pública Paulista Herculano de Carvalho e Silva, herói da legalidade famoso pela sua bravura na defesa do Palácio dos Campos Elísios e nos combates do Cambuci, durante a Revolução de 1924.



No mesmo dia em que eclodira a Revolução de 1930, Herculano partiu de São Paulo para Itararé comandando o 2º Batalhão de Infantaria da Força (BIFP), enquanto que Itararé já era ocupada por parte do contingente do Batalhão de Itapetininga.

Desde a chegada dos soldados da Força, no dia 4, foram estabelecidas posições avançadas de defesa em Sengés e na Fazenda Morungava, na direção de Ponta Grossa. Os soldados da Força Pública fizeram uma rápida incursão até Jaguariaíva onde se apoderaram de nove locomotivas, que foram remetidas para Itararé.

Pouco depois, chegou a Itararé o Coronel Arnaldo de Souza Paes de Andrade, do Exército, que assumiu o comando do destacamento. O Tenente Coronel Herculano passou a ocupar a função de Chefe de Estado Maior do Destacamento de Itararé, e mais tarde, de Comandante do Grupamento de Batalhões da FP. As formações naturais propiciadas pelas gargantas do Rio Itararé face ao Estado do Paraná, são escavadas em paredões de pedra e em alguns pontos chegam a ter vinte metros de profundidade. Elas foram aproveitadas em fortificações pelo Coronel Paes de Andrade.

O plano de defesa concentrava-se em duas linhas de defesa, uma próxima à cidade, na região da Gruta da Barreira, ao longo do Rio Itararé, e outra seguindo pela estrada de ferro, à frente da estação de Morungava, centrada nas alturas da Fazenda Morungava, que dominam toda a região de Sengés a Itararé.

Continuando, Hélio Tenório (2015), relatou que no dia oito de outubro três companhias do 13º Regimento de Infantaria – Ponta Grossa/PR, reforçadas com duas companhias de infantaria e um esquadrão de cavalaria da PMPR, ocuparam Sengés expulsando de lá a pequena força paulista que a guarnecia, após duas horas de combate nos morros que dominam a estação da linha de trem, na saída leste da cidade.

O primeiro avanço legalista foi feito pelo Capitão da Força Pública Paulista Heliodoro Tenório da Rocha Marques, com 100 praças e 04 oficiais, na direção de Sengés.

Ele não conseguiu se aproximar de Sengés após a retirada da tropa de cobertura legalista de lá, pois esta havia sido ocupada por expressivo efetivo revolucionário, reforçado com mais de oito metralhadoras pesadas.

A tropa da Força tomou posição a meio caminho de Sengés, na direção de Morungava, mantendo contato com o inimigo. Após três dias chegou o reforço comandado pelo Major da Força Pública Paulista José Teóphilo Ramos, com mais 340 praças da Força, 13 oficiais, 18 metralhadoras leves e 04 pesadas, do 3º BIFP.

A geografia entre Sengés e Itararé, no eixo da ferrovia, passa por um conjunto de elevações. As cidades distam em linha reta cerca de 13 quilômetros, beirando a Serra de Paranapiacaba. Os municípios fazem a divisa entre São Paulo e Paraná, delimitada pelo Rio Itararé. Partindo de Sengés para o leste, primeiro está o Morro do Cafezal, na cota média dos 810 metros, depois vem o Morro do Pelame, às vezes chamado de Morro Pelado, alcançando a cota de 830 metros.

Figura 16 - Os paredões de pedra do Rio Itararé **Figura 17 - Ponte sobre Rio Itararé (divisa PR-PR)**



Fonte: Hélio Tenório (2015, p. 77-78).



Segundo Rosa Filho (2002), ao chegar em Ponta Grossa, a tropa paranaense (2ª Cia) passou a fazer parte do Destacamento sob o comando do Cel do Exército Silva Júnior, acantonando no quartel do 13º RI, em Uvaranas, onde pernitoitou.

No dia 08 de outubro, às treze horas, seguiu embarcada em comboio da estrada de ferro rumo a Jaguariaíva, onde chegou às vinte e duas horas, acantonando nos vagões. A 09, passou a força a operar conjuntamente com a tropa do Coronel Parentins, comandante do 13º RI, e na mesma data seguiu para a Estação de Engenheiro Chamber, onde acampou. Às 17 horas, por ordem superior, uma fração de cavalaria composta de 40 praças, comandadas pelos 2º Tenentes Joaquim Alves do Amaral e Manoel Diniz, seguiu com a missão de reconhecer o inimigo na vila de Sengés, voltando à noite por não ter encontrado vestígios.

No dia 12 de outubro, “houve violento ataque nos arredores de Sengés, do qual tomaram parte toda a tropa da PM e a do 13º RI, cuja luta prolongou-se até uma hora da madrugada. O inimigo estava fortemente entrincheirado, dispondo de artilharia e aviação, bombardeando intensamente as posições da tropa revolucionária. No dia 15 de outubro, as tropas revolucionárias ocuparam a vila de Sengés.” (ROSA FILHO, 2002, p. 25).

A cavalaria da tropa paranaense também teve uma atuação relevante no combate de Sengés. Segundo Rosa Filho (2002), era uma noite escura quando seguiu para linha de frente, subindo e descendo a colina até desaparecer das vistas da tropa que ficara na retaguarda. Levava a ordem de reconhecer o terreno ocupado pelo inimigo e conseguiu atingir esse objetivo guiada pela mais pura e mais luminosa das consciências. No dia seguinte, às oito horas, chegava a ligação da cavalaria trazendo a notícia, para ela tão honrosa, da ocupação de Sengés. Este estupendo feito das armas representava uma incursão de trinta quilômetros adentro das posições inimigas pela estrada de rodagem, em terreno por completo desconhecido.

Continuando, às 4 horas da manhã do dia 16 de outubro, “a Infantaria e Cavalaria, em conjunto com as Forças do Exército, marcharam a fim de desalojar o inimigo da estação e da fazenda Morungava. À testa da tropa ia a famosa cavalaria milicianiana, em serviço de batedores.” (ROSA FILHO, 2002, p. 26).



Ainda, quando as tropas revolucionárias chegaram próximo da fazenda, foram atacadas por numerosa tropa inimiga que estava entrincheirada. Durante o combate de 10 horas, segundo Rosa Filho (2002, p. 26), “as forças revolucionárias viram mais uma vez coroados de êxito os seus esforços, com a derrota dos legalistas que deixaram o campo de luta com grande quantidade de material de guerra.”

No dia 17 de outubro, a tropa revolucionária manteve-se nas posições ocupadas, e no dia 18, marchou para frente ocupando a casa da fazenda Morungava e acampando nas imediações da mesma, porém o adversário continuou a bombardear essa posição com artilharia, obrigando a tropa a se entrincheirar no flanco direito de um morro ali existente.

Segundo Rosa Filho (2002), durante a sangrenta peleja, os seguintes policiais militares paranaenses: 3º Sgt Antonio Felix Patrício, Cabo Eugênio Pedro Quartaroli e Soldados Paulo da Silva, Bonifácio de Almeida e Leodorico de Paula, quando procuravam fazer uma ligação com a força que combatia em flanco oposto. Todos foram conduzidos a São Paulo e soltos em 29 de outubro.

No dia 20 de outubro em diante, a tropa paranaense manteve-se nas mesmas posições até a chegada das forças do General Miguel Costa, Comandante-Geral do setor norte, que passou a ocupar toda aquela área. Ainda, nesta data, Getúlio Vargas veio à Curitiba, “sendo saudado por grande manifestação popular. Pronunciou, na ocasião, um brilhante discurso que encerrou com estas palavras: Salve Paraná, terra jovem e vitoriosa, cujos filhos derramaram na fronteira de São Paulo o seu sangue generoso pela redenção da República.” (ROSA FILHO, 2002, p. 28).

No dia 21 de outubro, em Sengés, o Major Waldemar Kost assumiu o comando do 1º Batalhão de Infantaria da PMPR, sendo que no dia 25 de outubro seguiu esse efetivo para tomar parte na ocupação de Itararé/SP.

Segundo Rosa Filho (2002), em Itararé as forças revolucionárias que subiam do sul sob o comando de Miguel Costa, viram-se diante de uma das maiores concentrações militares articuladas pelos governistas: 3.600 soldados da Força Pública de São Paulo, 1.600 do Exército e 1.000 voluntários, apoiados por aviões e quatro canhões. Seu comandante era o coronel Paes de Andrade, que tinha a seu favor a posição logística, já que a cidade que defendia ficava sobre um alto penhasco de



granito escavado pelo rio Itararé. Do outro lado, porém, havia uma massacrante superioridade em efetivo e poder de fogo. Sob as ordens de Miguel Costa marchavam 7.800 homens, apoiados por 18 canhões mais poderosos e mais modernos do que os dos governistas.

Para realizar o ataque, General Miguel Costa dividiu suas forças em 04 (quatro) destacamentos, sendo que após 20 (vinte) dias as tropas revolucionárias dominavam a fazenda Morungava (distante 8 km de Itararé). Assim, o Coronel Paes de Andrade após consultar seus superiores, recebeu ordem para defender Itararé “a todo transe”, determinando o dia 25 de outubro para realizar essa empreitada em prol da manutenção da posição de seus comandados.

Contudo, segundo Rosa Filho (2002), logo pela manhã, porém, um emissário dos revolucionários portando uma bandeira branca pede para falar com Paes de Andrade. Traz um ultimato: exige rendição incondicional. Paes de Andrade recusa. O emissário argumenta que há fatos novos, vindos do Rio: o presidente Washington Luiz fora deposto no dia 24, não havendo mais razão para o confronto. Incrédulo, Paes de Andrade vai parlamentar com Miguel Costa em Sengés, onde se confirma a veracidade do informe: o país está sob comando de uma junta governativa composta pelos ministros militares, sendo assim acabou a batalha de Itararé.

No dia 26 de outubro, o efetivo da PMPR deslocou de Itararé para capital do Estado de São Paulo, permanecendo no Parque de Exposição da Água Branca, até o dia 31 de outubro, quando embarcou em um trem na Estação da Luz com destino a capital do Estado do Rio de Janeiro.

Na então capital federal, a tropa paranaense ficou aquartelada na sede do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, localizado na Rua Frei Caneca, a fim de garantir a posse de Getúlio Vargas no cargo de Presidente da República.

No dia 11 de novembro, os militares paranaenses embarcaram na estação Dom Pedro II, em comboio da Central do Brasil, com destino ao Paraná, chegando a Curitiba às 18 horas do dia 15 de novembro, fazendo um desfile pelas ruas da cidade em direção ao quartel da Força.

Segundo Rosa Filho (2002, somente no dia 24 de novembro de 1930 as unidades da PMPR foram desincorporadas da 5ª Região Militar.[...] São do General



Plínio Alves Monteiro Tourinho (Chefe do Governo Provisório do Paraná) estas palavras, extraídas da sua ordem do dia:

Meus camaradas: com a esperança e firme convicção do futuro da Pátria Brasileira, que sinto palmilhar agora uma trajetória brilhante, honesta e sadia, deixo o Comando da Região, a que me levastes com a alma alegre e a consciência tranquila de haver cumprido com o meu dever e satisfeito por vos elogiar, não que este elogio aumente o brilho de quem o conquistou no terreno da luta, mas para que fique assinalado neste QG a nossa abnegação e desinteresse.

Elogio, assim, com grande satisfação, pelos bons serviços prestados: Capitães Dagoberto Dulcídio Pereira, Waldemar Kost, Joaquim de Almeida Sampaio, Urias Pio Martins, esforçados oficiais que na linha de frente mais uma vez dignificaram a Força Militar do Estado.

O General Tourinho agradeceu também o esforço e os relevantes serviços prestados pelos demais oficiais e praças da Corporação.

Segundo Aureliano Leite (1931, p. 98), “em Itararé, apesar das constantes chuvas, combate-se. E, segundo os rádios, contra os quais se volta a ofensiva dos comunicados do antigo armazeneiro da pasta da Justiça, os atacantes arrancam vantagens.”

Continuando Aureliano Leite (1931), a frente onde o Paraná acaba e São Paulo começa foi dividida em três pedaços, repartidos pelo cap. Alcides Etchegoyen, major Miguel Costa e tenente João Alberto.[...] Segue-se a região ocupada pelo antigo major da cavalaria paulista Miguel Costa, general para os revolucionários. Começa onde acaba a jurisdição de Etchegoyen e abrange toda a zona de fronteira ao campo entrincheirado de Itararé.[...] O terceiro era comandado pelo major Alexino. Trazia, entre outros homens, a cavalaria paranaense.

4.2 Ações desenvolvidas na região de Capela da Ribeira

Segundo Hélio Tenório (2015), na direção de Capela da Ribeira, área inóspita, de densa floresta e estradas precárias, operava o Destacamento Coronel João Alberto com o 15º BC de Curitiba, 4º Esquadrão do 5º RCD de Curitiba, Cavalaria da PMPR e cerca de 2.000 provisórios sob comando do General Felipe Portinho.



A defesa legalista estava sob comando do Tenente Coronel da Força Pública Paulista Pedro de Moraes Pinto, contando com cerca de 800 soldados em dois batalhões mistos, para cobrir de Apiaí ao litoral.

Estas forças se mantinham em contato na Ribeira desde o dia 12 de outubro, combatendo diariamente. Se Ribeira caísse, isto poderia abrir caminho para os revolucionários avançarem sobre Apiaí e Capão Bonito, isolando a guarnição de Itararé.

Segundo Rosa Filho (2002), em Bocaiúva, a 1ª Companhia foi incorporada às forças do Exército. No dia 06 de outubro, o seu comandante, Capitão PM José Rodrigues Sampaio de Almeida, acompanhado de oficiais do Exército Revolucionário, seguiu, às 07 horas da manhã, de automóvel, em serviço de reconhecimento pela estrada Curitiba-São Paulo até Eptácio Pessoa, onde chegou às 16 horas. Depois de tomadas todas as providências para a ocupação urgente dessa localidade regressaram ao ponto de origem, chegando às 23 horas.

Continuando o historiador militar paranaense, no dia 07, a Companhia deslocou-se com as demais tropas com destino a Ouro Fino. Dali prosseguiu a viagem em caminhões, chegando a Poço Grande às 18 horas do dia 08, onde acantonou. No dia 9, às 19 horas, chegava a Eptácio Pessoa, e no dia seguinte acantonou em Pilarzinho, onde recebeu ordem para se preparar a fim de entrar em contato com as forças inimigas na Capela da Ribeira. Um pelotão PM ocupou a ponte do Ribeirão Grande, como vanguarda do Destacamento.

No dia 11 de outubro, uma força do Exército sob o comando do Tenente Braga e o efetivo da PMPR seguiram para frente de combate, tomando posição de ataque, sendo nesta ocasião a tropa paranaense dividida da seguinte maneira: 01 (um) pelotão na vanguarda para operar com a Companhia do 15º BC no ataque à Capela da Ribeira, segundo pelotão ficou de apoio na vanguarda e o terceiro pelotão na região de Ribeirão Grande, no lugar conhecido como Trincheira de Pedra, protegendo a retaguarda.

Os pelotões seguiram a seus destinos em caminhões. O ataque às posições inimigas foi iniciado mais ou menos às 13:30 horas, porém em razão da superioridade do inimigo, foi determinado a retirada das tropas para Pinhalzinho, a 5 Km da Capela da Ribeira.



No dia 14 de outubro, após nova tentativa de ataque às posições inimigas, o comandante do efetivo paranaense mandou ser realizado o reconhecimento do local, sendo descoberto o inimigo entrincheirado a sua frente, a menos de um quilômetro de distância. Assim, “o Capitão Sampaio fez ciente o Cmt. Braga da descoberta do inimigo, prevenindo-o de que tivesse cuidado.” (ROSA FILHO, 2002, p. 22).

Após este fato, chegou até o acampamento da tropa paranaense o General Portinho, sendo realizado um reconhecimento próximo às posições inimigas. Ao meio-dia iniciou-se o ataque contra as forças legalistas.

Nas palavras de Rosa Filho (2002, p. 22), o efetivo paranaense “cooperou eficientemente nesse combate, visando seu fogo para as matas, na fralda da serra, onde presumia acharem-se as forças inimigas, e sobre uma trincheira a 800 metros à frente, na encosta da serra.”

No dia 15, a tropa das araucárias, por ordem superior deslocou de Descampado para Eptácio Pessoa, a fim de guarnecer essa localidade.

No dia 23, o efetivo paranaense recebeu ordem de manter contato com o adversário, evitando que ele se retirasse da Capela da Ribeira.

No dia 24, todas as tropas do Destacamento Dornelles estavam concretadas em Ribeirão Grande com o objetivo de atacarem, em conjunto, a Capela da Ribeira, contudo segundo Rosa Filho (2002), quando tudo estava pronto para o ataque, o Cmt. Dornelles recebeu uma comunicação telegráfica de que havia caído o governo de Washington Luiz. Por isso, achou de bom alvitre mandar um parlamentar à Capela da Ribeira a fim de cientificar esse fato ao inimigo, e também de que todas as posições estavam tomadas para um ataque geral, intimidando o comandante daquela praça a render-se no prazo de meia hora, com plenas garantias de vida.

Para o desempenho dessa importantíssima missão, foi escalado o 2º Sargento da PMPR João Alencar Guimarães Filho, que com maior bravura a desempenhou, fazendo o trajeto de Ribeirão Grande à Capela da Ribeira e vice-versa (12 quilômetros) em automóvel, por estradas péssimas, em apenas 30 minutos, trazendo consigo um oficial superior do Exército e apresentando-o ao Cmt. Dornelles com mensageiro da paz. Houve a rendição dos paulistas.



No dia 02 de novembro, a tropa paranaense seguiu para Itapetininga, acantonando no Teatro São José, e no dia 08 do mesmo mês, tendo sido dissolvido o Destacamento, embarcou com destino a Curitiba, conduzindo todos os veículos existentes naquela cidade e requisitados no Paraná.

4.3 Ações desenvolvidas na região de Cananéia

Segundo Hélio Tenório (2015), na direção de Cananéia operava o Destacamento Coronel Waldomiro de Lima, com o Batalhão “João Pessoa”, com 1.000 voluntários paranaenses, lançados a partir de Paranaguá.

Objetivo de pouco valor estratégico-operacional, pelo isolamento daquela localidade, Cananéia teve pouca atenção legalista.

Para o comando deste setor foi enviado o Tenente-coronel da Força Pública Paulista reformado Pedro Árbues Rodrigues Xavier¹¹, com 100 legionários e apenas 10 soldados da Força Pública Paulista.

Pedro Árbues, então com 62 anos de idade, era um velho oficial da Força já há muito reformado, que se apresentara voluntariamente nos primeiros momentos da Revolução, para auxiliar a defesa do Governo Federal.

Em Cananéia o Batalhão “João Pessoa”, sob comando do Capitão Mário de Castro, após cinco dias de penosas marchas através da floresta, atacou o Morro do Itapitanguí, derrotando as defesas do Tenente-coronel Pedro Árbues Rodrigues Xavier.

Durante a luta, a maioria dos 100 legionários legalistas desertou das posições, mas o Tenente-coronel Pedro Árbues, contando só com os 10 soldados, manteve a posição dominante, mas a superioridade e decisão dos revolucionários eram esmagadoras.

Dentro da trincheira, com 06 soldados mortos e 04 feridos, vencidas todas suas forças e esgotada a munição, Pedro Árbues recusou se render.

¹¹ A PMESP homenageou sua memória no nome do batalhão sediado em Santos, o 6º BPM/I Ten.-Cel Pedro Árbues. Em 26 de junho de 2007, a pedido da família, os restos mortais do Ten.-Cel Árbues foram exumados do Cemitério da Consolação e transferidos para o Mausoléu da PMESP no Cemitério do Araçá.



Conta a história que, arremessando binóculos e revólver descarregado contra os revolucionários, Pedro Árbues teria bradado: *“Um velho soldado da Força Pública morre, mas não se entrega!”* Sendo atingido mortalmente pelo Capitão Hiclólio Vieira.

Ainda, segundo o contido na obra de Hélio Tenório (2015), o jornalista Silva Duarte colheu o depoimento de um revolucionário paranaense que presenciou a cena:

Foi vendo fugir seus comandados, que um major da Força Pública alto, magro, de cabelos grisalhos, se atirou fora das trincheiras, com um revólver em punho, visando o nosso comandante. Este apontou o revólver ao crânio do agressor. Disparou. A primeira bala atingiu-o na testa. O oficial legalista, porém, não caiu. Oscilando, já moribundo, conservou-se de pé. E ainda fez mais dois disparos que não atingiram ninguém. Tendo-se-lhe acabado a carga do revólver, num gesto de desespero, tirou o binóculo e arremessou-o contra nós. Caiu em seguida, banhado em sangue.

4.4 Relação dos integrantes da força militar paranaense mortos em combate

Segundo Rosa Filho (2002, p. 33), durante o tempo que perdurou a revolução, foram mortos em combate os seguintes integrantes da PMPR:

- 3º Sargento Belarmino Ramos, faleceu em 29 de outubro em consequência de ferimentos recebidos no combate travado na fazenda Morungava, tendo ido à luta como Soldado, foi promovido àquela graduação por ter-se distinguindo bravamente em combate;

- Cabo João Antonio de Lima, pertencia ao Esquadrão de Cavalaria, tombou quando fazia um reconhecimento a cavalo às linhas inimigas na frente de Itararé, sua morte ocorreu no dia 19 de outubro e foi promovido a essa graduação por ato de bravura.



5 Revolução de 1932

Segundo Hélio Tenório (2015), a nove de julho de 1932 novamente o país foi abalado pelo grito de guerra, desta vez iniciado em São Paulo. Com o objetivo de reconduzir a Revolução Liberal de 1930 aos seus propósitos originais, São Paulo desencadeou o movimento armado para depor o Governo Provisório ditatorial de Getúlio Vargas e convocar uma assembleia constituinte.

O plano revolucionário previa um levante das unidades do Exército no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Conforme o Coronel da Força Pública Paulista Herculano de Carvalho e Silva descreveu com exatidão, o movimento foi *“irrefletido e imponderado”*.

A revolução prevista para o dia 14 de julho foi precipitada para a noite de nove de julho, colhendo de surpresa os elementos comprometidos nas guarnições dos demais Estados. Vindo secretamente do Rio de Janeiro, o Coronel Euclides Figueiredo, chefe do planejamento militar durante a conspiração, assumiu o comando das forças revoltadas, que em poucas horas dominaram completamente o Estado de São Paulo. O Exército e a Força Pública aderiram em sua totalidade à causa constitucionalista, com a exceção de alguns poucos oficiais. Todas as unidades militares do Estado se solidarizaram ao movimento.

A Força Pública, a quem os conspiradores haviam prometido mantê-la fora das operações militares, foi obrigada a iniciar o deslocamento de seus batalhões para as possíveis frentes de combate. O povo paulista, já largamente preparado pela intensa campanha que precedeu a Revolução, motivado pela pureza e nobreza do ideal democrático, levantou-se como um só soldado, fornecendo de pronto e à farta tudo o que o Exército Constitucionalista necessitava para equipar suas forças.

Neste trabalho destacaram-se sobremaneira os serviços que foram chefiados, à falta de uma Secretaria de Estado da Guerra, pela sociedade MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) que administrava os recursos humanos, e também pela SATO (Serviços de Abastecimento das Tropas em Operações), que supria a logística.

A Força Pública forneceu os quadros para os inúmeros batalhões de voluntários, além de dividir com o Exército o comando dos setores de luta, cabendo o comando



geral do Exército Constitucionalista ao General Bertholdo Klinger, Comandante da Guarnição de Mato Grosso, que sintetizou a ideologia constitucionalista:

O movimento é brasileiro, sem partidarismo, é unionista, é sem militarismo. Visa a reimplantação do país no regime da lei. Só sob a égide da lei é que hão de viver as preferências ou pendores, as aptidões ou competências que para isso possuem a necessária vitalidade real.

A vitória, que tanto está custando a todos, não há de ser propriedade de alguns. Não terá nenhum cunho regionalista, ou de partido, ou de classe, ou de pessoa. O futuro desse movimento, em breve vitorioso, há de ser digno de seu presente.

Completamente vitorioso o levante em São Paulo, a 2ª Região Militar foi transformada em 2a Divisão de Infantaria em Operações (DIO). As primeiras forças constitucionalistas foram lançadas na direção da fronteira com o Rio de Janeiro. A intenção inicial previa que as forças de São Paulo deveriam agir como elemento de guarda e proteção do grosso das tropas que chegariam do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, enquanto que às vésperas do ataque ao Distrito Federal, a própria guarnição da Capital se revoltaria liderada pelos simpatizantes da causa.

Assim, continuando Hélio Tenório (2015) afirma que a grande força da Revolução Constitucionalista estava no seu ideal, que garantiu a adesão completa dentro do Estado. No entanto o governo ditatorial já previa um potencial levante há tempos, e havia retirado praticamente todo o material bélico de São Paulo, o que fez com que as forças sublevadas no Estado contassem com poucas armas de uso coletivo e munição. O plano militar, se é que houve um sério, não levou isto em consideração, arriscando São Paulo em uma aventura de prognósticos altamente desfavoráveis, sob qualquer aspecto que se observe.

As decisões políticas, embora moralmente corretas, no campo militar foram amadoras e irresponsáveis, iniciando uma guerra sem a mínima preparação militar.

Não obstante estes problemas, a incrível força moral da Revolução supriu, nesse primeiro momento, a falta de planejamento, logística e outras dificuldades. Esta força moral garantiu que a Revolução mantivesse a capacidade de ofensiva nos primeiros dias, mobilizando poder de combate mais rápido que o a ditadura, em condição suficiente na fronteira com o Rio de Janeiro para progredir em força sobre a Capital Federal.

Embora toda a grande capacidade militar do Coronel Euclides Figueiredo, este escolheu permanecer estacionado dentro das fronteiras de São Paulo após decisão do



General Klinger, aguardando a adesão do Rio Grande do Sul. Com isto desperdiçou a oportunidade da surpresa e da ofensiva, únicos trunfos verdadeiros dos constitucionalistas. Mas, conforme o Coronel Euclides reconheceu depois, desde a conspiração se sabia que a vitória da Revolução sem o apoio militar do Rio Grande do Sul, era impossível.

Segundo Ilka Stern, em artigo publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional (2012, p. 21), “a guerra paulista teve início com a mobilização dos batalhões na manhã de 10 de julho. [...] Embora não tenha sido palco de batalhas, a cidade de São Paulo foi o centro nervoso da revolução. [...] A desvantagem paulista, contudo, apareceu em números: aproximadamente 14.000 soldados (Exército e Força Pública Paulista) e 120.000 voluntários civis – dos quais apenas 40.000 combatentes, a maioria sem nenhum preparo anterior - contra 100.000 soldados legalistas.”

Segundo Pedro Ferraz do Amaral (1982), as forças rebeldes possuíam cerca de 2.000 homens, bem armados e municiados, destacando que por ocasião da retirada do governo esse número já atingia mais de 5.000 homens, e no decurso da ocupação, com as adesões recebidas e a incorporação de civis e batalhões de imigrantes estrangeiros, o total de homens de que dispunham elevou-se para cerca de 7.000 homens, sendo que na retirada, acompanharam o general Isidoro pouco mais de 3.000 homens.

As forças legalistas possuíam de começo menos de 500 homens e por ocasião da retirada aproximadamente 1.600 homens. Na frente de combate, estava em armas entre praças do Exército e dos Corpos Policiais do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, totalizando cerca de 15.000 homens.

Segundo Rosa Filho (2004, p.11), “o Decreto nº 1505, de 25 de junho de 1932, deu à Corporação a denominação de Força Pública do Estado do Paraná, sob o comando do Cel. Ayrton Plaisant.”

Ainda, continuando Rosa Filho, a PMPR foi à primeira Corporação que apoiou o governo federal, constituindo a famosa “Coluna Plaisant”, incorporada ao Exército Sul, sob o comando do General Waldomiro Lima, sendo mobilizada no dia 12 de julho de 1932.

No dia 14 de julho, às 08:30 horas, deslocou a Força Pública do Paraná com um Estado-Maior e Menor, 1º Batalhão de Infantaria (03 Companhias e 01 Companhia de



Metralhadoras Pesadas) e 01 (um) Esquadrão de Cavalaria com destino a Capela da Ribeira, atingindo Cerro Lindo às 14:00 horas.

No dia 17 de julho, atingiu a localidade de Epitácio Pessoa onde permaneceram por alguns dias na Operação Ribeira – Epitácio Pessoa.

No dia 27 de julho, atravessou o Rio da Ribeira, em canoas, no porto conhecido por Bueno-Ayres, descendo o rio pela margem esquerda, pernoitando na casa de um caboclo de nome Pascoal.

No dia 29 de julho, foram feitos novos reconhecimentos e o Tenente Palmêndio conseguiu prender um Cabo e dois Soldados da Força Pública Paulista, que vinham de Ribeirãozinho para Capela, destacando o historiador paranaense que “neste dia, às 21:00 horas, depois de intimidar a rendição de Monte Grande (retaguarda da Capela), apresentaram-se, como prisioneiros, o Tenente Navarro e mais 18 praças da força paulista.” (ROSA FILHO, 2004, p. 22).

Ainda, a partir do dia 30 de julho, a tropa do Tenente Palmêndio aprisionou todos os soldados paulistas que vinham das trincheiras da Capela da Ribeira para tomar café no rancho que estava localizado a 04 km daquela área, destacando Rosa Filho (2004) que o número de prisioneiros foi de cento e tantos homens, os quais foram desarmados e evacuados pelas picadas que iam a Epitácio Pessoa, pelo mesmo itinerário que a cavalaria havia marchado.

Assim, no dia 31 de julho, o efetivo do 1º Batalhão de Infantaria e a Cavalaria da Força Pública do Paraná, sob o comando do Ten.-Cel Pedro Scherer Sobrinho, ocupava a Capela da Ribeira.

Por fim, segundo Rosa Filho (2004), a seguir o Comandante do 1º Batalhão de Infantaria organizou seu posto de comando a distância de 300 metros da vila Capela da Ribeira, com duas metralhadoras pesadas apoiadas pela 3ª Cia, no eixo de estrada Epitácio Pessoa – Capela Ribeira.

Depois fez uma manobra desbordante para a direita, com a 1ª Cia e elementos do Esquadrão de Cavalaria, em posições dominantes sobre as resistências inimigas. Com essa manobra, o adversário compreendeu a impossibilidade de prosseguir na defesa de suas posições e capitulou incondicionalmente.



Ocupando a cidade, foram aprisionados oficiais e praças que compunham a sua guarnição, em números de 210 revolucionários, inclusive o seu comandante, Coronel Azarias do 1º Regimento de Cavalaria da Força Pública Paulista, além da apreensão de grande quantidade de armas automáticas, fuzis e munições.

Merece ser destacado o fato cometido pelo Subcomandante do 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública do Paraná, Capitão Hermínio da Cunha César, que foi excluído por ter cometido o crime militar de deserção agravada enquanto encontra-se na região da Capela da Ribeira, sendo o ato formalizado com as seguintes palavras:

Exclusão de Oficial por Deserção – Por decreto de hoje, foi excluído do estado efetivo da Polícia Militar, por crime de deserção agravada, o capitão Hermínio da Cunha César, que covardemente abandonou seus companheiros no campo de luta, bandeando-se para os adversários, ainda traiu-os. Esta Interventoria, cumprindo os imperativos da Lei, ora sente-se satisfeita, pois a marcha deixada pelo oficial citado à Força Pública, já foi bem lavada pelos seus companheiros heróicos nos grandiosos feitos militares em Capela da Ribeira e Apiaí.[...] (ROSA FILHO, 2004, p. 52).

Sobre essa situação, podemos verificar na obra do Cel. Herculano C. e Silva (1932, p. 158), que “o capitão Hermínio da Cunha Cezar, sub-comandante do 1º Batalhão da Força Pública do Paraná, que se apresentou em nossas linhas, a 26, declarou que corria o desânimo na coluna paranaense, tendo havido deserções em massa e muitos mortos. Feridos em número superior a 26, inclusive dois oficiais.”

Com relação às deserções em massa, no próximo item serão expostos alguns casos do cometimento desta infração penal militar por militares da Força Pública do Paraná que foram julgados pelo Supremo Tribunal Militar, porém foram consumados na região de Capão Bonito.

5.1 Combates ocorridos na região de Apiaí e Capão Bonito

Segundo Rosa Filho (2004), no dia 02 de agosto a tropa paranaense avançou cerca de 06 km em direção a Apiaí. No dia 04 de agosto, as forças paranaenses com elementos da Força Pública do Paraná e do 4º Esquadrão do 5º RCD, fizeram forte pressão sobre o inimigo, sujeitando-se a um recuo desordenado, deixando a cidade de Apiaí entregue às forças legalistas.



No dia 10 de agosto, chegou na cidade de Ponta Grossa/PR grande número de prisioneiros paulistas, capturados na região de Apiaí pela Força Pública do Paraná.

No dia 12 de agosto, após renhidos combates, a Força Pública do Paraná toma Guapiara, bem como elementos do Esquadrão da Cavalaria Paranaense deslocaram para Iporanga onde existia um núcleo rebelde. Ainda, segundo Rosa Filho (2004, p. 26), em Guapiara “aviões paulistas bombardearam as forças paranaenses. Nessa ocasião a milícia improvisou uma metralhadora anti-aérea: colocaram uma metralhadora sobre a roda de uma carroça, fazendo desta um suporte giratório, com contra-pesos.”

No dia 02 de setembro, o Coronel Plaisant comunica a ocupação de Capão Bonito pelas forças legalistas, sendo que nesse mesmo dia, às 16:40 horas a vanguarda do destacamento entrou na cidade de Capão Bonito que foi abandonada pelas forças revolucionárias.

Continuando o historiador militar paranaense, “no dia 08 a coluna Cel. Plaisant atravessa o rio das Almas, desalojando o 7º Batalhão da Força Pública Paulista, fazendo grande número de prisioneiros.” (ROSA FILHO, 2004, p. 27).

No dia 15 de setembro aconteceu intenso combate nas cercanias de Rio das Almas, sendo ferido um oficial da força paranaense. Com auxílio das tropas das araucárias, os revolucionários são combatidos no rio das Almas pelas tropas do General Waldomiro Lima.

Segundo Rosa Filho (2004), a Força Pública do Paraná foi liberada em data de 08 de outubro de 1932, ocasião de sua chegada a Curitiba, conforme telegrama expedido pelo General Waldomiro Lima, que se transcreve abaixo:

Cel. Plaisant – Cmt Força Polícia Paraná – Curitiba – Urgente. De São Paulo – nº 79 – Fls 28 – Data 19 – Horas 12:40 – Deveis considerar vossa tropa desmobilizada desde dia chegada Curitiba pt General Waldomiro – Governador Militar pt [...] (ROSA FILHO, 2004, p. 28).

Segundo Pedro Ferraz do Amaral (1982, p. 238), “no setor sul, ao iniciar-se o mês de agosto, a força paranaense do Coronel Plaisant ataca furiosamente, procurando subir a serra de Apiaí.[...] Os ditatoriais vencem, porque esplendidamente colocados.”

Continuando, a luta pela posse da vila Guapiara durou uma semana. “No dia 03 de agosto uma descarga da artilharia das forças revolucionárias fez cinco baixas no lado



das forças legalistas, entre as quais a de um oficial, na estrada São Paulo – Curitiba.” (PEDRO FERRAZ DO AMARAL, 1932, p. 239).

Segundo Cel. Herculano C. de Silva (1932, p. 160), “o comando fez refluir toda a tropa para Apiaí e preparou a ofensiva sobre Ribeira. [...] O combate prolongou-se durante a tarde, noite de 1º e madrugada de 02 de agosto, sem conseguirmos desobstruir a rodovia Apiaí-Capão Bonito. Pela manhã o capitão Nelson Tinoco, do adversário, parlamentou intimando o destacamento à rendição incondicional.”

Ainda, segundo o referido oficial, “houve uma trégua para se resolver a situação, até meia noite próxima. Em face da gravidade do momento e da precariedade dos meios para manter a resistência por mais 24 horas, pois já faltava munição, gasolina e víveres, ficou resolvido estudarem a solução.” (Cel. HERCULANO C. DE SILVA, 1932, p. 160).

Assim, após a leitura da proposta apresentada pelas forças legalistas, segundo Cel. Herculano C. de Silva (1932, p. 161), “estabeleceu-se a retirada da tropa para Juquiá, via Iporanga e Xiririca¹². [...] A jornada foi iniciada à tarde, de caminhões até 01 km e daí por diante, por impraticabilidade dos caminhos, foi abandonado o material pesado e seguiram ora a pé, ora em canoas.”

Continuando as lições de Cel. Herculano C. de Silva (1932), em Guapiara encontravam-se o Batalhão Marcilio Franco, o 8º B.C.P¹³, uma companhia do 7º B.C.P, o Batalhão “14 de julho” e três peças de artilharia.

Diante da ameaça da aproximação das forças legalistas, as forças revolucionárias retiram-se e foram restabelecer-se em defensiva a 34 km de Capão Bonito.

Assim como o caso do Capitão da Força Pública do Paraná, foram julgados alguns casos de deserções de integrantes da PMPR na região de Capão Bonito, sendo encontrado por este autor no documento denominado “Catálogo: a atuação da Justiça

¹² Atualmente possui a denominação de Eldorado, Estado de São Paulo.

¹³ A denominação de 8º B.C.P (Batalhão de Caçadores Paulistas), que tornou esse batalhão lendário nas ações de guerra empreendidas nas barrancas de Itararé, Rio das Almas e Paranapanema durante a Revolução de 32, lhe foi dada a 11 de setembro de 1931, data na qual a Força Pública do Estado de São Paulo passou por expressiva reformulação da organização de seus efetivos e unidades (MALVÁSIO, 1967, p.118).



Militar em tempo de guerra junto aos Destacamentos dos Exércitos de Leste e do Sul na Revolução de 1932¹⁴, os seguintes extratos processuais:

Ação Penal n. 7.884/1933
Data(s) <ul style="list-style-type: none"> 07/03/1933 a 16/12/1935 (Produção).
Dimensão e suporte Dimensão: 28 folhas; 1 volume. Suporte: papel.
Nome do(s) produtor(es) <ul style="list-style-type: none"> Conselho Superior de Justiça Militar do Destacamento do Exército de Leste e do Sul. Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (PR e SC). Conselho Especial de justiça do Destacamento do exército do Sul.
Histórico Autuado em 7 de março de 1933 na Auditoria de Guerra da Força Militar do Estado do Paraná, seguindo em 21 de março de 1933 para a Auditoria da 5ª CJM. Remetido em 16 de dezembro de 1935 ao Arquivo do Supremo Tribunal Militar.
Âmbito e conteúdo Aos 20 de setembro de 1932, na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo, no acantonamento da Força Pública do Estado do Paraná, em operação de guerra, o soldado Antonio de Deus Barboza, da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria, foi acusado de crime de deserção por ter faltado ao serviço de guerra.
Nota
Unidades de descrição relacionadas
Descrições relacionadas
TesJMU (Indexação) <ul style="list-style-type: none"> Crime militar em tempo de guerra. Deserção. Deserção, Condenação.
Pontos de acesso local <ul style="list-style-type: none"> Brasil » São Paulo (SP) » Capão Bonito

¹⁴ Disponível em: <http://arquimedes.stm.jus.br/index.php/a-atuacao-da-justica-militar-em-tempo-de-guerra-junto-aos-destacamentos-dos-exercitos-de-leste-e-do-sul-na-revolucao-paulista-de-1932>. Acesso em: 10 jan. 20.



Título
Ação Penal n. 7.891/1933
Data(s)
<ul style="list-style-type: none"> 08/02/1933 a 16/12/1935 (Produção).
Dimensão e suporte
Dimensão: 28 folhas; 1 volume.
Suporte: papel.
Nome do(s) produtor(es)
<ul style="list-style-type: none"> Conselho Superior de Justiça Militar do Destacamento do Exército de Leste e do Sul. Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (PR e SC). Conselho Especial de justiça do Destacamento do Exército do Sul.
Histórico
Autuado em 8 de fevereiro de 1933 na Auditoria de Guerra da Força Militar do Estado do Paraná, seguindo em 18 de março de 1933 para a Auditoria da 5ª CJM. Remetido em 16 de dezembro de 1935 ao Arquivo do Supremo Tribunal Militar.
Âmbito e conteúdo
Aos dias 20 de setembro de 1932, na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo, no acantonamento da Força Pública do Estado do Paraná, o soldado Elizario Lemberg Pereira faltou ao serviço desde o dia 30 de agosto, sendo acusado de crime de deserção.

Título
Ação Penal n. 7.887/1933
Data(s)
<ul style="list-style-type: none"> 08/02/1933; 16/12/1935 (Produção).
Dimensão e suporte
Dimensão: 29 folhas; 1 volume.
Suporte: papel.
Nome do(s) produtor(es)
<ul style="list-style-type: none"> Conselho Superior de Justiça Militar do Destacamento do Exército de Leste e do Sul. Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (PR e SC). Conselho Especial de Justiça do Destacamento do Exército do Sul.
Histórico
Processo autuado em 8 de fevereiro de 1933 na Auditoria de Guerra da Força Militar do Estado do Paraná, seguindo para a Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar. Remetido em 16 de dezembro de 1935 ao Arquivo do Supremo Tribunal Militar.
Âmbito e conteúdo
Aos 20 de setembro de 1932, em Capão Bonito, Estado de São Paulo, no acantonamento da Força Pública do Estado do Paraná, em operação de guerra, o soldado Benedito Afonso Camargo não compareceu ao serviço por vários dias, sendo acusado de crime de deserção.
Nota

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt. Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25



5.2 Relação dos integrantes da força pública paranaense mortos em combate

Segundo o contido na obra de Rosa Filho (2004, p. 31), foram mortos no campo de batalha os seguintes integrantes da Força Pública do Paraná:

- a. 1º Sgt. Aristeu da Silva Rocha;
- b. 2º Sgt. José Olimpio da Rocha;
- c. 2º Sgt. Estevam Dias;
- d. 3º Sgt. Francisco Ferreira 1º;
- e. Cabo Antônio Pereira de Carvalho;
- f. Cabo Lindolfo das Chagas Barbosa;
- g. Soldado Advonsir de Araújo;
- h. Soldado Israel Tolentino;
- i. Soldado Wenceslau Barbosa Vieira;
- j. Soldado Aquiles Camargo;
- k. Soldado Manoel de Almeida Garrett;
- l. Soldado Nicolau da Silva;
- m. Soldado Pedro José Trindade;
- n. Soldado Pedro Galdino da Luz;
- o. Soldado Manoel Vieira.

Ainda, morreram em consequência dos ferimentos recebidos em combate:

- a. 1º Sgt. Músico Waldomiro Pereira;
- b. 1º Sgt. Álvaro de Lima;
- c. 3º Sgt. Aristides Ribas da Silva;
- d. Cabo Sílvio da Silva Júnior;
- e. Soldado Osmário Formalori;
- f. Soldado David Fernandes;
- g. Soldado Ernesto Godoy.

Obs.: Os sargentos Álvaro de Lima e Waldomiro Pereira faleceram em decorrência dos ferimentos recebidos por estilhaços de granadas, por ocasião do bombardeio aéreo de Guapiara.

5.3 Levantamento fotográfico sobre a revolução de 1932

Figura 18 – Vista lateral do Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932



Fonte: autor.

Figura 19 – Vista da entrada do Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932

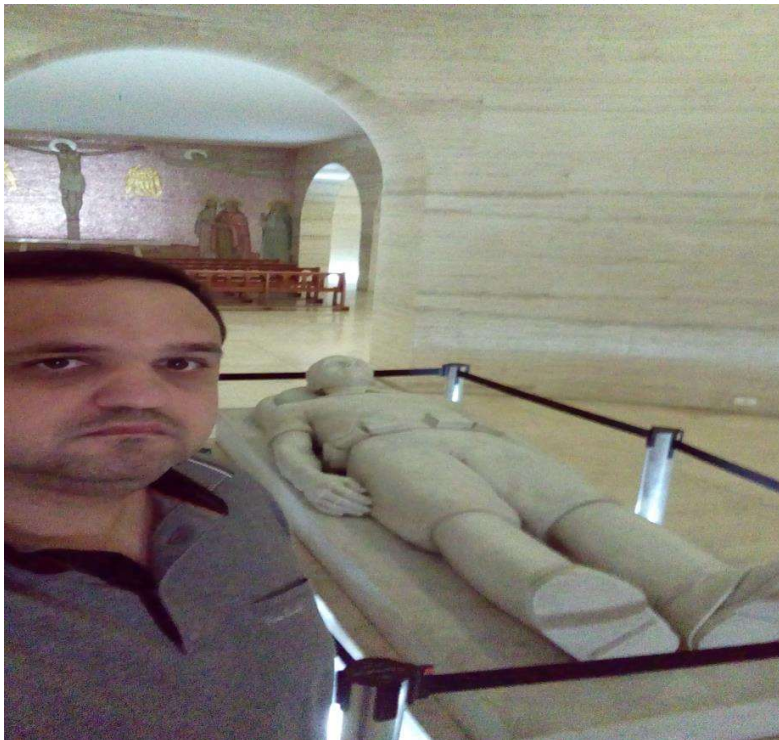


Fonte: autor.

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt, Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25

Figura 20 – Vista do interior do Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932



Fonte: autor.

Figura 21 – Imagem do certificado de doação realizada por um cidadão paulista.



Fonte: autor.



6 Conclusão

Com relação a Revolução de 1924, a então Força Militar Paranaense após ser mobilizada pelo Governo Federal, deslocou para o interior do Estado de São Paulo, apoiando as forças legalistas nas ações repreensivas que culminaram na saída das forças revolucionárias do Estado Bandeirante.

Ainda, cabe ressaltar as ações desenvolvidas por uma fração das tropas paranaense comandada pelo então Capitão do Exército Dilermando de Assis, que lutaram na defesa da cidade de Guaíra/PR com efetivo reduzido, porém devido as adversidades sofridas, recuaram e não puderam evitar a entrada dos revoltosos no Paraná.

Em outra situação durante a Revolução de 1924, com o mesmo efetivo aplicado no Estado de São Paulo (1º Batalhão de Infantaria), a força militar paranaense deslocou para os Campos Gerais chegando a Mallet (atual cidade de Laranjeiras do Sul/PR) sendo designada para exercer a segurança da retaguarda das tropas legalistas, tendo seu batismo de fogo em solo paranaense no dia 15 de novembro na Serra dos Medeiros. Após, deslocou a região do atual município de Quedas do Iguaçu e, na sequência, deslocou a pé, procedendo com patrulhas de reconhecimento até próximo de Catanduvas, destacando as ações desenvolvidas pelos integrantes da tropa das araucárias que, mesmo desconhecendo a região onde aconteceram os conflitos bélicos, demonstraram atitude disciplinar no cumprimento das missões recebidas do escalão superior.

Continuando, no mês de janeiro de 1925, tiveram início os combates na região de Catanduvas/PR, sendo que vários militares paranaenses perderam suas vidas após serem alvejados pelo armamento das forças revolucionárias, como também ocorreram várias baixas dos policiais militares paranaense por ferimentos recebidos em combate.

Merece ser enaltecido que, a força militar paranaense estava entre as primeiras forças legalistas que combateram a “Coluna da Morte”, que havia tomado à localidade de Formigas importante ponto de apoio logístico e hospital de sangue das forças legalistas durante a campanha na região Oeste paranaense.



Conforme exposto na seção 3, as ações desenvolvidas pela força paranaense obrigaram os revoltosos a recuarem na madrugada, sendo então retomada a localidade de Formigas pelo 1º Batalhão de Infantaria.

Ainda, após a retirada dos revoltosos de Formigas, a tropa comandada pelo então Capitão Sarmento permaneceu por mais de um mês na localidade de Sítio onde novamente travou combate com a Coluna da Morte e, devido às medidas adotadas pelo Comandante Sarmento, novamente obrigou o adversário a realizar ações evasivas.

Assim, os militares das araucárias foram substituídos, em fevereiro de 1925 pelo 2º Batalhão de Infantaria da Força Pública Paranaense, destacando que no retorno a pé, próximo de Laranjeiras do Sul, foram ladeados por militares do Exército que cumprimentaram com abraços de reconhecimento e calorosas salvas de palmas.

Nesta senda, o Comandante-em-chefe das forças legalistas (General do Exército Brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon), elogiou formalmente a tropa paranaense, enaltecendo suas ações em vários momentos na região Oeste, bem como aconteceu uma calorosa recepção na chegada do efetivo do 1º Batalhão de Infantaria em Curitiba, quando foi recebida pelo Presidente do Estado do Paraná e pela população da capital, com festa e banda de música.

Buscando uma melhor compreensão dos fatos ocorridos na região de Catanduvas (Oeste paranaense), este autor procedeu com uma visita ao Memorial da Revolução de 24, bem como deslocamento pela estrada antiga de Foz do Iguaçu à Guarapuava a fim de observar os locais onde estavam localizadas as trincheiras das forças legalistas e forças revolucionárias e, registrar a preservação do cemitério Roncador que até os dias atuais possui túmulos sem identificação de combatentes legalistas, sendo necessária uma homenagem póstuma pelas autoridades competentes locais e estaduais visando o resgate histórico dos feitos realizados por esses militares que morreram no cumprimento do dever para garantir a ordem pública e o regime republicano.

No que tange a Revolução de 1930, que ocorreu principalmente em razão da não aceitação do resultado das eleições presidenciais e também pelo assassinato de João Pessoa, teve início no dia 03 de outubro de 1930 na cidade de Porto Alegre e, já no dia imediato, todas as posições militares estavam tomadas na capital gaúcha, estendendo-se esse domínio a todo o Estado.



No dia seguinte, partiam duas colunas revolucionárias: uma em direção aos Estados do Paraná e Santa Catarina e, outra em direção ao Estado de São Paulo.

Depois desse feito, as tropas rebeldes sob o comando do Major Plínio Monteiro Tourinho ocuparam a capital do Estado do Paraná, tendo mantido contato com o Presidente do Estado do Paraná (Afonso Alves de Camargo) que não ofereceu resistência e deixou o cargo. Antes, porém orientou o Comandante-Geral da Força Militar Paranaense a não oferecer resistência ao movimento revolucionário, evitando dessa maneira o derramamento de sangue. Assim, o Coronel José Cândido da Silva Muricy passou o cargo ao seu substituo imediato e recolheu-se à sua residência, sendo que o novo comandante manteve contato com os revolucionários, aderindo ao movimento.

Isto posto, o efetivo da Força Paranaense organizou o 1º Batalhão de Infantaria, que possuía um Estado-Maior, 03 (três) Companhias e um Pelotão Extranumerário, estando sob o comando do Major PM Waldemar Kost que havia sido promovido durante a revolução.

Com essa estrutura orgânica, a tropa paranaense lutou em duas frentes, uma na região da Capela da Ribeira (1ª Companhia), sob o comando do Coronel do Exército Silva Júnior, travando alguns combates e ajudando de maneira decisiva na tomada desta localidade, inclusive com as ações de reconhecimento que constatou a presença do inimigo antes de uma ação ofensiva, prevenindo a tempo o escalão superior para adoção de medidas efetivas no campo de batalha.

Por outro lado, a 2ª Companhia foi deslocada para região de Sengés/PR e Itararé/SP, auxiliando as forças revolucionárias comandadas pelo General da Força Pública Paulista Miguel Costa na tomada da fazenda Morungava e, posteriormente à cidade de Itararé localizada em um local estratégico para deslocamento das tropas a capital do Estado Bandeirante.

Ainda, cabe ressaltar a atitude perpetrada pelo Tenente-coronel da Força Pública Paulista reformado Pedro Árbues Rodrigues Xavier na região de Cananéia (litoral paulista), onde após sofrer várias perdas humanas, manteve-se firme no compromisso de honrar as tradições de um integrante da então força paulista ao não recuar sem antes combater o inimigo mesmo com o sacrifício da sua vida.



Encerrados os combates após a rendição das tropas legalistas na cidade paulista de Itararé, parte da Força Militar Paranaense seguiu rumo à capital federal a fim de garantir a posse de Getúlio Vargas no cargo de Presidente da República.

Finalizando, no que diz respeito à Revolução de 1932, a então Força Pública Paranaense foi a primeira Corporação apoiadora do governo federal, constituindo a “Coluna Plaisant”, incorporada ao Exército Sul comandada pelo General Waldomiro Lima, sendo mobilizada no dia 12 de julho de 1932, no dia 14 de julho deslocou com um Estado-Maior e Menor, 1º Batalhão de Infantaria (03 Companhias e 01 Companhia de Metralhadoras Pesadas) e 01 (um) Esquadrão de Cavalaria com destino a Capela da Ribeira.

Neste diapasão, destaca-se as ações desencadeadas pela tropa do Tenente Palmêndio, que conseguiu aprisionar vários integrantes das forças revolucionárias que vinham das trincheiras da Capela da Ribeira para tomar café no rancho que estava localizado há alguns quilômetros daquela área, aliado ao fato das ações estratégicas adotadas pelo Comandante do 1º Batalhão de Infantaria (Ten.-Cel PM Pedro Scherer Sobrinho) que levaram o adversário a impossibilidade de prosseguir na defesa de suas posições, acontecendo a capitulação incondicionalmente.

Assim, foram aprisionados oficiais e praças revolucionários, inclusive o seu comandante (Coronel Azarias Silva do 1º Regimento de Cavalaria da Força Pública Paulista), além da apreensão de grande quantidade de armas automáticas, fuzis e munições.

Durante o período dos combates na região da Capela da Ribeira, o Subcomandante do 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública do Paraná, Capitão Hermínio da Cunha César, foi excluído por ter cometido o crime militar de deserção agravada, sendo registrada a apresentação do referido oficial nas fileiras revolucionárias na obra do Coronel Herculano C. e Silva.

Conquistada a Capela da Ribeira, no início de agosto a tropa paranaense avançou alguns quilômetros em direção a Apiaí, sendo que as forças paranaenses com elementos do 4º Esquadrão do 5º RCD fizeram forte pressão sobre o inimigo, sujeitando-se a um recuo desordenado, deixando a cidade de Apiaí entregue às forças



legalistas, destacando o envio para cidade de Curitiba/PR de grande número de prisioneiros paulistas capturados na região pela Força Pública do Paraná.

Avançando, a Força Pública do Paraná toma Guapiara e elementos do Esquadrão da Cavalaria Paranaense deslocaram para Iporanga onde existia um núcleo rebelde, ressaltando que em Guapiara aviões paulistas bombardearam as forças paranaenses, ocasionando na elaboração de uma metralhadora anti-aérea com a colocação do armamento sobre a roda de uma carroça, fazendo desta um suporte giratório, com contra-pesos.

Ainda, no dia 15 de setembro ocorreu intenso combate nas cercanias de Rio das Almas, sendo ferido um oficial da força paranaense, porém os revolucionários foram combatidos pelas tropas comandadas pelo General Waldomiro Lima.

Buscando demonstrar como a Força Pública Paranaense era vista pelo adversário, este autor verificou na obra de Pedro Ferraz do Amaral (1982, p. 238) as seguintes palavras: “no setor sul, ao iniciar-se o mês de agosto, a força paranaense do Coronel Plaisant ataca furiosamente, procurando subir a serra de Apiaí.[...] Os ditatoriais vencem, **porque esplendidamente colocados (destaquei).**”

Contudo, além do caso de deserção do Capitão Hermínio, foram julgados alguns casos de deserções de integrantes da força pública das araucárias na região de Capão Bonito, sendo encontrado por este autor no documento denominado “Catálogo: a atuação da Justiça Militar em tempo de guerra junto aos Destacamentos dos Exércitos de Leste e do Sul na Revolução de 1932” alguns extratos processuais expostos na subseção 5.1 da presente pesquisa.

Concluindo, pela análise das obras pesquisadas, os integrantes da força pública das araucárias destacaram-se em vários combates com algumas baixas e feridos, encerrando a importante participação nas três revoluções ocorridas nas décadas de 20 e 30, marcando de forma incontestável na história do Paraná a participação honrosa da Polícia Militar do Paraná, pois vários policiais receberam elogios e promoções em virtude das condutas impecáveis demonstradas nos campos de batalha.



Referências

- AMARAL, Pedro Ferraz do. **A Guerra Cívica – 1932**. Publicação da Comissão de comemorações ao cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932 e pela Sociedade Veteranos de 32 – MMDC. São Paulo, 1982.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. 1ª edição. Editora Unesp, São Paulo. 2014.
- HELLER, Milton Ivan. **De Catanduvas ao Oiapoque**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2007.
- LEITE, Aureliano. **Memórias de um revolucionário. A Revolução de 1930**. 1ª edição. São Paulo. 1931.
- LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasilense Ltda, 1945.
- MAGNOLI, Demétrio (organizador). **História das Guerras**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCHETTI, Renato. **As ações do 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública Paranaense na região de Catanduvas na Revolução de 1924**. Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, PMPR, Academia Policial Militar do Guatupê, 2013.
- MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MEIRELLES, Domingos. **1930, Os órfãos da Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MILITAR, Superior Tribunal. **Catálogo: a atuação da Justiça Militar em tempo de guerra junto aos Destacamentos dos Exércitos de Leste e do Sul na Revolução de 1932**. Brasília, Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento, 2018.
- MIRANDA, Floriano Napoleão do Brasil. **Revolta! Relato das operações do 1º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado do Paraná na Campanha de 1924**. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1954.
- Movimento subversivo de julho**. Relatório Geral da Comissão do Inquérito composta por: Raphael Cantinho Filho, Virgílio do Nascimento, Octavio Ferreira Alves, Alfredo de Assis, Andreino de Assis e Achilles Guimarães. São Paulo, 1925.
- Revista de História da Biblioteca Nacional. **1932 A guerra que esquecemos**. Ano 7, nº 82, julho de 2012.



RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 1ª edição. São Paulo: UNICAMP, 2007.

ROSA FILHO, João Alves da. **Epopéia da Lapa**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 1999.

ROSA FILHO, João Alves da. **Revolução de 1924**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2001.

ROSA FILHO, João Alves da. **Revolução de 1930**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2002.

ROSA FILHO, João Alves da. **Revolução de 1932**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2004.

SANTOS, Hélio Tenório dos. **As Batalhas de Itararé**. 2ª Edição. São Paulo: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2015.

SILVA, Herculano de Carvalho. **A Revolução Constitucionalista**. São Paulo: Civilização Brasileira Editora, 1932.

Inserido ao protocolo 16.483.527-8 por: 2º Sgt. Qpm 1-0 Elias Pereira Aires em: 19/03/2020 13:29.

Inserido ao Protocolo 18.092.805-7 por 1º Ten. Qopm Jessica Simeao Rocha em: 08/10/2021 13:44. Download realizado por Samir Santana Silva em 15/10/2021 15:25